

Quem disse ?

«Não temos interesses a defender em Timor-Leste. Não queremos nada para nós. Temos é uma dívida histórica muito importante»

António Guterres
30 de Agosto

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1031 2 SETEMBRO 1999 100\$ - 0,5 €

ACÇÃO
SOCIALISTA



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Combater corporativismos e prioridade à Saúde

Ps aprovou programa de Governo

A Comissão Política Nacional do PS aprovou quarta-feira, de madrugada, o Programa de Governo para a próxima legislatura, documento que será apresentado dia 8 do presente mês, em Lisboa, pelo secretário-geral do partido, António Guterres. O Programa de Governo do PS está dividido em cinco capítulos distintos e que são dedicados às seguintes áreas: pacto de confiança para a modernização de Portugal, sociedades de informação e igualdade de oportunidades, políticas sociais centradas na família, economia e política de cidades, e qualidade da democracia.

Nos próximos quatro anos, o Governo socialista dará prioridade à saúde, através da transferência de maiores recursos financeiros e de um aperfeiçoamento da gestão. Paralelamente, serão introduzidas verdadeiras rupturas nos sistemas de justiça e ao nível da descentralização do Estado. Na Justiça, até 2003, o PS combaterá os corpos corporativismos ainda existentes entre todos os agentes e eliminará os excessos de «garantismo» do nosso sistema jurídico, de forma a permitir uma verdadeira igualdade de todos os cidadãos perante a lei. Com este último objectivo, pretende-se acabar com os expedientes utilizados por advogados para o arrastamento de processos de forma a impedir a realização da justiça. É uma realidade que os cidadãos com maiores recursos podem recorrer a advogados que utilizam este tipo de práticas.

Quanto às políticas de descentralização, será criado um poder coordenador em cada região plano do país e que terá como principal função articular os serviços da Administração Central periférica. Ao nível dos distritos, também os governadores civis passam a ter funções de coordenação de serviços e responsabilidades no planeamento. O PS propõe igualmente um pacto fiscal. Não entrará na demagogia da oposição de quantificar descida de impostos, mas, através de um alargamento da base tributária, durante a próxima legislatura, será possível desagregar a carga fiscal das camadas de contribuintes mais penalizadas.

«RENTRÉE» SOCIALISTA EM CAMINHA

SAÚDE E APOIO À FAMÍLIA SÃO PRIORIDADE



António Guterres antecipou sábado passado, em Caminha, algumas das principais medidas que um Governo socialista tomará até 2003. Nos próximos quatro anos, segundo o secretário-geral do PS, o sector da Saúde será elevado à primeira prioridade da acção governativa. Paralelamente, será desenvolvida uma nova geração de políticas sociais que estará centrada na família. Um Governo socialista dará maiores apoios às crianças de famílias com menores recursos, aos idosos que permaneçam nos seus domicílios, aos deficientes e lançará vários programas de reinserção social destinados aos toxicodependentes e aos cidadãos que recebem rendimento mínimo garantido. Também no comício de Caminha, o coordenador da Comissão Permanente do partido, António José Seguro, sublinhou as diferenças entre a forma como o PS está na política e a actual estratégia de insulto do PSD. O PS, porque está de consciência tranquila por aquilo que fez nos últimos quatro anos, não responderá aos insultos e fará uma campanha pela positiva.

Sociedade & País

Centro de Atendimento «Aparece» responsabilidade partilhada



Todos os jovens, entre os 12 e os 21 anos, podem agora esclarecer dúvidas sobre saúde física e mental no «Aparece», um espaço confidencial, gratuito, informal e dinâmico que conta com uma equipa profissional pronta a ouvir, atender e até tratar uma simples borbulha e/ou outras alterações físicas de crescimento mais complicadas.

Sociedade & País

Referendo em Timor-Leste Ares de liberdade



Muito civismo, coragem e determinação levaram 98,6 por cento dos timorenses recenseados às urnas de voto, no passado dia 30, naquela que será recordada como a primeira oportunidade de expressão de vontade num território martirizado há 23 anos pela bárbara ocupação indonésia. Ventos de mudança... ares de liberdade...



Nova geração de políticas sociais

O camarada António Guterres apresentou, sábado passado, no comício da reentré em Caminha, algumas das propostas do programa de Governo que reflectem as principais prioridades do próximo Executivo em áreas como as da saúde e da política social. Reforçando o empenho do Governo em vencer, no espaço de uma geração, o atraso estrutural que ainda nos separa do resto da Europa, Guterres salientou a importância deste desígnio que se reflecte directamente na vida dos cidadãos. Para o secretário-geral do PS é fundamental que os portugueses possam viver em Portugal com os mesmos padrões e a mesma qualidade de vida com que hoje vivem os países mais desenvolvidos. Para isso, António Guterres aposta fundamentalmente numa «nova geração de políticas sociais» centrada em torno da resolução dos problemas e da ajuda às famílias portuguesas que mais necessitam da nossa atenção.

Neste contexto, Guterres demarcou-se completamente das propostas do PSD, centradas essencialmente na distribuição avulsa de subsídios. Em alternativa, o PS propõe o critério da selectividade. «É preciso tratar de forma diferente aquilo que é desigual», explicou Guterres sábado passado em Caminha. Por essa razão, o programa de Governo do PS privilegiará desagravamentos fiscais para os escalões de rendimentos mais baixos. Também as pensões mais degradadas serão alvo de maiores aumentos do que a média do crescimento de salários nos próximos quatro anos, prosseguindo-se assim o critério da «discriminação positiva».

A intenção é organizar as políticas sociais tomando a família como centro. Para isso há que apostar nas novas gerações, razão pela qual o programa do PS prevê para os próximos quatro anos, a duplicação do número de vagas em creches para crianças até aos três anos e na área do pré-escolar a cobertura plena das crianças de cinco anos e entre 60 e 75 por cento das crianças de três e quatro anos, o que – explica Guterres – corresponde aos níveis mais altos praticados na Europa e é ao mesmo tempo uma condição essencial de justiça e de garantia de futuro para as crianças portuguesas.

Ainda no âmbito da educação e em parceria com as autarquias, Guterres aposta em dois objectivos essenciais: eliminar todo o abandono precoce do Ensino Básico e erradicar o flagelo do trabalho infantil. Este combate pela escolaridade e pelo desenvolvimento passa também por uma melhor qualidade das estruturas - acabar com os pavilhões pré-fabricados no Ensino Básico -, e pela prestação de melhores apoios e ajudas às famílias portuguesas - fornecimento de material escolar gratuito para os alunos do primeiro ciclo do Ensino Básico.

Cimeira luso-marroquina a 6 e 7 de Setembro

A primeira cimeira entre os Governos de Portugal e de Marrocos, depois da morte do rei Hassan II, está agendada para dos dias 6 e 7 de Setembro, em Tânger.

António Guterres poderá ser acompanhado, entre outros, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, da Administração Interna, Jorge Coelho, e da Economia, Pina Moura.



Bug 2000

Finanças criam Gabinete de Emergência

Na sequência do acompanhamento e ocupação que tem norteado a actuação do Ministério das Finanças sobre a problemática do ano 2000, foi criado o Gabinete de Emergência do Ministério que terá como objectivo criar mecanismos e condições que permitam tomar atempadamente decisões em situação de crise, definindo prioridades, medidas a pôr em prática e dando apoio directo para a resolução de situações que possam surgir na passagem de 1999 para 2000.



CAMPANHA DA JS «QUERO TRABALHAR»

A edição de 3 de Setembro de 1981 do «Acção Socialista», sob o pano de fundo da profunda crise governamental da AD envolve em profundas contradições, dava destaque à previsão do camarada Jaime Gama de que o Governo AD tinha os meses contados vaticinando a sua queda na Primavera de 1982 e ainda ao lançamento de uma campanha da Juventude Socialista sugestivamente intitulada «Quero Trabalhar» contra o desemprego dos jovens.

Por outro lado, na página 3 o camarada Mário Soares afirmava que o «PS é a única alternativa política a nível nacional e regional» às forças que estão no poder: AD, a nível nacional, e PSD, a nível local.

A afirmação de Mário Soares surgia após uma breve visita aos Açores onde manteve contactos com as estruturas locais do PS, população e forças vivas.

O «AS» publicava ainda excertos de uma importante entrevista do camarada Walter Rosa ao «Tempo», onde aquele dirigente socialista traçava um quadro sombrio da situação económica e social do País, ca-

racterizada, entre outros aspectos, por uma inflação superior a 20 por cento e mais de 300 mil desempregados.

3 de Setembro

Quem disse?

«O Partido Socialista pode e tem o dever de contribuir muito mais activamente para que as barrigas vazias sejam cada vez menos em Portugal!»

José Pinto da Silva



Divulgação internacional

Executivo promove sal do Algarve

A Secretaria de Estado das Pescas vai atribuir um subsídio de cerca de três mil contos à Associação de Produtores de Sal Marinho Tradicional do Algarve (Tradisal), destinado a possibilitar a candidatura daquela entidade a dois eventos internacionais na área dos produtos naturais. Segundo disse na passada quinta-feira uma fonte do gabinete de José Apolinário, trata-se de assegurar a presença da Tradisal na «Anuga'99», que se realiza de 8 a 14 de Outubro em Colónia (Alemanha) e na «Dietexpo'99», de 16 a 18 do mesmo mês, em Paris.

O apoio da SEP tem a ver com o facto de a divulgação do sal português de qualidade contribuir para «viabilizar um sector economicamente deficiente que se pretende relançar».

O sal tradicional do Sotavento algarvio, nomeadamente de Castro Marim, Tavira e Olhão, é considerado um produto de «alta qualidade» e com grandes potencialidades, estando em vias de ser certificado pela «Nature et Progres» - Federação de Associações para a Saúde do Homem e Produção do Ambiente e Agricultura Biológica.

Campanha antitabágica foi um êxito

A Campanha de Prevenção do Consumo de Tabaco por Menores, iniciativa conjunta do Instituto Português da Juventude e da Tabaqueira realizada em Maio, registou «notoriedade bastante elevada» junto do segmento alvo da acção, estimado em mais de 1,5 milhões de jovens, revela um

estudo de avaliação de impacte levado a cabo em Junho e agora divulgado.

Assim, o Instituto Português da Juventude e a Tabaqueira decidiram promover no decorso da primeira quinzena de Setembro uma repetição da campanha, nos meios anteriormente utilizados.

PS: PRIORIDADE PARA A SAÚDE E ÀS POLÍTICAS DE APOIO À FAMÍLIA

António Guterres antecipou sábado passado, em Caminha, algumas das principais medidas que um Governo socialista tomará até 2003. Nos próximos quatro anos, segundo o secretário-geral do PS, o sector da Saúde será elevado à primeira prioridade da acção governativa. Paralelamente, será desenvolvida uma nova geração de políticas sociais que estará centrada na família. Um Governo socialista dará maiores apoios às crianças de famílias com menores recursos, aos idosos que permaneçam nos seus domicílios, aos deficientes e lançará vários programas de reinserção social destinados aos toxicodependentes e aos cidadãos que recebem rendimento mínimo garantido. Também no comício de Caminha, o coordenador da Comissão Permanente do partido, António José Seguro, sublinhou as diferenças entre a forma como o PS está na política e a actual estratégia de insulto do PSD. O PS, porque está de consciência tranquila por aquilo que fez nos últimos quatro anos, não responderá aos insultos e fará uma campanha pela positiva.



O PS juntou em Caminha, sábado passado, mais de dez mil pessoas na sua festa de «rentrée» política. O camarada António Guterres encerrou o comício com um discurso de cerca de uma hora. Falando sobre as eleições legislativas de 10 de Outubro, o secretário-geral do PS usou um estilo objectivo e colocou a questão central daquilo que estará em causa em relação aos próximos quatro anos: «Os portugueses terão de decidir se querem um Governo do PS, comigo a primeiro-ministro, ou um Governo do PSD, liderado por Durão Barroso. Não sou eu quem vai fazer essa comparação. Cada português é que tem de pensar e decidir», avisou, apenas acrescentando ter a «convicção profunda» de que deu o melhor de si próprio com o objectivo de lutar por Portugal.

A segunda convicção do primeiro-ministro é que o País está hoje melhor do que estava há quatro anos: «Temos uma melhor democracia, uma economia mais próspera e maior justiça social». São três das grandes marcas do actual Governo. Há quatro anos, lembrou António Guterres, Portugal atravessava um período de crise económica, o desemprego crescia e duvidava-se da possibilidade de o País entrar na moeda única. E muito menos alguém

acreditava que essa meta fosse possível de atingir sem sacrifícios em termos orçamentais e financeiros.

Quatro anos depois, porém, é possível concluir que «Portugal ganhou: estamos na moeda única, temos um maior desenvolvimento, mais emprego e maior bem-estar social». Por outro lado, como frisou o líder do partido, o investimento teve um crescimento superior à média dos países da União Europeia, e os salários reais cresceram três vezes acima da média dos «Quinze» e quatro vezes mais do que nos três últimos anos de Governo do PSD. «Cerca de 600 mil portugueses compraram casa com recurso ao crédito e 1,5 milhões de portugueses com mais de 15 anos gozaram férias. A maioria dos portugueses vive hoje melhor», concluiu o primeiro-ministro.

Políticas de discriminação positiva

Apesar dos resultados muito positivos verificados nos últimos quatro anos, os socialistas não estão ainda satisfeitos com a realidade. Querem ir mais longe e desejam que, no espaço de uma geração, Portugal vença o atraso estrutural face à União Europeia. «Queremos que os portugueses tenham os mesmos padrões e a mesma

qualidade de vida que os cidadãos dos países mais desenvolvidos da Europa», declarou António Guterres no discurso de Caminha.

Para a próxima legislatura, o PS compromete-se a concretizar «uma nova geração de políticas sociais», centradas em torno da resolução dos problemas das famílias. Observando a realidade do país, António Guterres realçou a evidência de que as famílias em Portugal apresentam situações muito diversas. «Há as famílias que vivem bem. Mas também, infelizmente, há as famílias que sofrem com a pobreza», algumas delas monoparentais. Por essa razão, e apesar de estar «outra vez na moda dar dinheiro a todos por igual», o PS propõe como critério tratar com diferenças situações desiguais, apoiando mais quem mais necessite dos recursos do Estado. Numa referência indirecta às propostas do PSD, o primeiro-ministro criticou a lógica de «prometer dinheiro a todos. Temos de dirigir os escassos recursos do Estado para quem mais precisa, tomando a família como centro das políticas».

Nesse sentido, até 2003, se o PS continuar no Governo, o número de vagas em creches será duplicado. A educação pré-escolar passará a cobrir 70 por cento das crianças até aos quatro anos. No Ensino Básico, um Governo socialista travará um

combate sem tréguas contra o abandono precoce da escola, visando eliminar o trabalho infantil. No final da próxima legislatura, não existirão mais escolas a funcionar em pavilhões pré-fabricados. E, no primeiro ciclo do Ensino Básico, o material escolar mais essencial será gratuito. Em 2003, também serão generalizados os centros de abrigo destinados às crianças sem família.

Apoios a jovens e idosos

Antecipando algumas das medidas que constam do Programa de Governo do PS, o primeiro-ministro revelou em Caminha que, no final do III Quadro Comunitário de Apoio, em 2006, haverá uma duplicação do número de jovens em aprendizagem nas empresas e nenhum jovem poderá estar seis meses consecutivos em situação de desemprego, sem receber uma oportunidade de emprego ou de formação profissional.

Ainda de acordo com o Programa de Governo, serão duplicados os apoios a conceder aos idosos que residam em suas próprias casas, mas também se assistirá a francas melhorias nas condições de internamento. Para os toxicodependentes, também irão dobrar os montantes destinados à sua recuperação. Neste contex-

to, no final da próxima legislatura, serão generalizados por todo o território nacional os centros de atendimento permanente (CAT's) e outras comunidades terapêuticas.

Mas António Guterres também não esqueceu as múltiplas dificuldades que ainda se colocam aos cidadãos com deficiências. Por isso, até 2003, vai ser aplicado um Programa Nacional de Apoio ao Deficiente. Em paralelo, a Administração Pública compromete-se a admitir cinco por cento de deficientes face ao total de vagas que forem abertas.

Nos domínios do emprego e do combate à exclusão, o PS dá igualmente garantias de pretender continuar a reforçar o trabalho já realizado desde 1995. No final do próximo mandato, segundo o chefe do Governo, será dada uma oportunidade de emprego a 50 por cento dos beneficiários de rendimento mínimo garantido. Por outro lado, nenhum trabalhador ficará desempregado mais de um ano, sem receber qualquer proposta de emprego ou de curso de formação profissional. Já em 2006, o Governo calcula que 10 por cento da população activa estará envolvida em actividades de formação profissional. Finalmente, os socialistas continuarão a dar um combate sem tréguas ao crime e, até 2003, voltarão a ser duplicados os investimentos do Estado em meios humanos e técnicos para as forças policiais. Ao mesmo tempo, o PS esforçar-se-á por melhorar a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres. Entre outras medidas, será criado um Observatório para a Igualdade de Oportunidades.

No capítulo da Saúde, a primeira prioridade do próximo mandato, os objectivos passarão por separar as águas entre o privado e o público, por incentivar a dedicação exclusiva de todos os profissionais e pela concessão de uma maior autonomia

da gestão dos centros de saúde.

Esperança e preocupação com Timor

Em Caminha, as primeiras palavras do discurso do secretário-geral do PS foram dedicadas à questão de Timor-Leste, que lembrou o difícil caminho percorrido até se chegar à realização do referendo, na segunda-feira passada. Esse caminho, segundo António Guterres, só foi possível graças à «heróica» resistência do povo timorense, «um povo que sofreu a morte e o genocídio» ao longo de mais de duas décadas de dominação Indonésia. Mas também a diplomacia portuguesa não teve uma tarefa fácil. António Guterres recordou então que, quando assumiu as funções de primeiro-ministro, era olhado com irritação mesmo pelos restantes chefes de Governo da União Europeia sempre que levantava o tema de Timor-Leste. Ainda recentemente, a Austrália continuava a negociar e a partilhar os recursos do mar de Timor-Leste com a Indonésia. Os Estados Unidos da América contribuíam igualmente para essa conjuntura adversa às posições portuguesa, já que tinham a teoria da irreversibilidade da integração do território na Indonésia. No comício, o primeiro-ministro fez mesmo questão de trazer à memória os episódios da cimeira entre a União Europeia e os países da ASEAN, em Banguecoque, em 1996, quando tentaram silenciá-lo para não levantar a questão de Timor-Leste. Face a esse bloqueio não teve outra solução que não fosse dirigir-se a Suharto e, olhos nos olhos, confrontá-lo com os dramas da população timorense. «Era preciso colocar a Indonésia na defensiva», o que foi feito nos últimos anos. «Aos poucos fui sentido as diferenças». No entanto, de todos os avanços registados, António Guterres fez questão

de frisar que o Governo não pretende retirar qualquer mérito, porque «esta é uma questão nacional. Nada foi feito por nós sem a colaboração do Presidente da República, da Assembleia da República, sempre em ligação com a resistência timorense», declarou o primeiro-ministro. O mérito do processo timorense, portanto, «pertence inteiramente à resistência timorense», sublinhou António Guterres. Ainda sobre a questão timorense, o secretário-geral do PS disse ter tomado «porventura a decisão mais difícil da sua vida política», quando, apesar dos riscos e da ausência de garantias, decidiu manter a data de segunda-feira para a realização do referendo. «Assumirei por inteiro a decisão de não ter adiado o referendo se ela não tiver sido correcta, sujeitando-me ao voto dos portugueses» no dia das eleições legislativas, a 10 de Outubro.

A terminar este capítulo, António Guterres assegurou aos timorenses que «podem contar com Portugal. Se Timor-Leste escolher a independência, os timorenses não estarão sozinhos. Portugal mobilizará todos os recursos disponíveis para o seu desenvolvimento, ao fim de tantos anos de morte».

PSD só sabe insultar

Antes do discurso de António Guterres, usou da palavra o coordenador da Comissão Permanente do PS, António José Seguro, que sublinhou as diferenças entre a forma como os socialistas estão na política e o tipo de discurso negativo usado pelo PSD. «Queremos estar na campanha a falar para os portugueses, enquanto que o PSD está a falar para nós, preocupado com os resultados que o PS possa obter», declarou António José Seguro. «Temos a consciência tranquila e, por isso, estamos na campanha pela positiva. Mas como é

possível um debate sério se o PSD só sabe recorrer ao insulto gratuito e pessoal», interrogou-se o dirigente do partido, que lembrou que ainda que recentemente Durão Barroso utilizou frases como cobardia e fraude política ao referir-se ao primeiro-ministro de Portugal.

O presidente do PSD, ainda de acordo com o camarada António José Seguro, quando não diz frases dessas, opta por aplaudir Alberto João Jardim, que insulta o PS, chamando farséis e mafiosos. «Cada vez que eles disserem que somos mafiosos, respondemos que queremos melhor emprego. Cada vez que nos chamarem mafiosos, respondemos dizendo que queremos melhor saúde», contrapôs o coordenador da Comissão Permanente do PS, que ainda salientou o espírito democrático e de diálogo de António Guterres, talvez o único primeiro-ministro da Europa que aceitou travar quatro debates nas televisões diante dos restantes líderes da oposição.

O segundo orador do comício de Caminha foi o presidente do PS/Miana do Castelo, Rui Soalheiro, que enumerou os avanços registados no seu distrito nos últimos quatro anos de Governo socialista, designadamente nas Obras Públicas. «Hoje, o discurso miserabilista já não cola com a realidade do Alto Minho», afirmou. Rui Soalheiro recordou, também, que António Guterres poderia ser hoje o presidente da Comissão Europeia, mas preferiu continuar em Portugal a lutar pelo desenvolvimento do país.

Já o presidente da Câmara Municipal de Caminha, Valdemar Patrício, disse estar certo da vitória do PS nas próximas eleições legislativas. Mas apelou para a mobilização geral de todos os socialistas, porque, alertou, até 10 de Outubro, «muitos obstáculos irão ser colocados no nosso caminho».



NOVO CENTRO HOSPITALAR NA COVA DA BEIRA

O Conselho de Ministros decidiu, na passada reunião do dia 26, em Lisboa, dar carta branca à criação do Centro Hospitalar da Cova da Beira.

Para o Executivo de António Guterres, a actividade hospitalar nos concelhos da Covilhã e do Fundão e nas zonas limítrofes carece de um suporte de instalações adequado e devidamente equipado, face às exigências hoje impostas por uma assistência de qualidade e humanizada, no âmbito da satisfação do direito à saúde dos cidadãos, constitucionalmente garantido através do Serviço Nacional de Saúde.

Nesse sentido foi construído um novo estabelecimento hospitalar, com serviços de dimensão e diferenciação técnica adequados à população abrangida, cuja entrada em funcionamento se prevê para breve, tornando-se assim necessário adoptar, desde já, medidas que contribuam para uma gestão mais racional, eficiente e eficaz dos equipamentos hospitalares existentes naquela área geográfica.

Assim, o decreto-lei aprovado pelo Governo procedeu à criação do Centro Hospitalar da Cova da Beira, como pessoa colectiva de direito público dotada de autonomia administrativa e financeira e património próprio (que integra o Hospital Distrital



da Covilhã e o Hospital Distrital do Fundão, que, por sua vez, se extinguem) ficando sujeito ao regime de instalação constante do decreto-lei n.º 215/97.

Compete à comissão instaladora a gestão

do Centro Hospitalar da Cova da Beira, a transferência dos serviços das antigas instalações do Hospital Distrital da Covilhã para as novas instalações e a implantação e organização dos respectivos serviços, e

ainda a formulação dos estudos e propostas necessários à adopção de um modelo de gestão adequado à prossecução dos fins do Centro Hospitalar, os quais deverão ser apresentados à tutela no prazo de 120 dias a contar da data da sua tomada de posse.

Sem prejuízo das correcções que se revelem necessárias, e até à aprovação do respectivo orçamento, os duodécimos a atribuir ao Centro Hospitalar pelo Instituto de Gestão Informática e Financeira da Saúde (IGIFS), a título de subsídio de exploração, são de valor igual ao somatório do valor dos duodécimos dos hospitais integrados. A nível de pessoal, o diploma estipula que os quadros de pessoal dos hospitais integrados mantêm-se transitivamente até à aprovação dum novo quadro de pessoal do Centro Hospitalar da Cova da Beira, onde serão integrados os funcionários pertencentes àqueles.

O Centro Hospitalar poderá ainda integrar novos elementos, mediante despacho do ministro da Saúde, desde que considerados indispensáveis ao início do seu funcionamento.

Todavia, mantém a sua validade os concursos de pessoal, bem como os contratos administrativos de provimento ou a termo certo actualmente existentes nos hospitais integrados.

REFORMA EM MARCHA

O Executivo socialista deu luz verde, na passada reunião do Conselho de Ministros, realizada no dia 26, em Lisboa, a um decreto-lei que aprova o Código de Processo do Trabalho.

A reforma do processo laboral levada a efeito pelo novo Código do Processo do Trabalho (CPT) resulta, por um lado, das substanciais modificações entretanto introduzidas na legislação processual civil e, por outro, da emergência de um novo contexto das relações jurídico-laborais que tornava obsoletas diversas disposições do Código de Processo de Trabalho agora revogado e que datava de 1982.

O novo CPT consagra algumas alterações importantes das quais se salientam a adaptação geral ao novo Código de Processo Civil e ao Código de Processo Penal; a actualização da capacidade judiciária dos menores (de 14 para 16 anos, de acordo com o que resulta da capacidade para celebrar contrato de trabalho); a ampliação e clarificação da capacidade judiciária das associações sindicais no que respeita à defesa dos interesses colectivos dos trabalha-



dores; e a modificação dos critérios de competência internacional dos tribunais portugueses.

Ficam também estabelecidas a abolição das duas formas de processo (ordinário e sumário) no que respeita ao processo co-

munal, passando a existir uma única forma de processo que segue os parâmetros definidos no código e subsidiariamente as regras do processo sumário do Código do Processo Civil; a abolição da cumulação inicial obrigatória de todos os pedidos do autor contra o réu; e a abolição da proibição de efectuar desistência da instância, desistência do pedido ou transacção fora de audiência.

Por último são ainda consagradas no novo CPT a clarificação das regras relativas aos procedimentos cautelares com especial destaque para a nova providência de protecção da segurança, higiene e saúde no trabalho; a previsão, no âmbito do processo, de uma audiência preliminar que se destina não só à tentativa de conciliação das partes mas à apreciação e previsão do decurso de todo o processo com marcação da audiência final (dando-se assim possibilidade a uma espécie de participação e acordo com as partes relativamente ao decurso do processo); bem como a actualização das regras do processo especial de acidentes de trabalho e doenças profissionais tendo em conta as regras da nova lei dos acidentes de trabalho.

DESTAQUE – CM

IVA

APROVADAS ALTERAÇÕES AO CÓDIGO

O Governo socialista vai introduzir alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, harmoniza-o com a Lei Geral Tributária e aprovando o Regime Especial de Exigibilidade do IVA nas entregas de Bens às Cooperativas Agrícolas.

A decisão foi tomada na passada reunião de Conselho de Ministros, realizada na passada quinta-feira, dia 26, em Lisboa.

O decreto-lei aprovado pelo Executivo PS vem alterar, elevando para cem mil contos, o montante do volume de negócios susceptível de determinar o enquadramento dos sujeitos passivos no regime normal de periodicidade mensal, determinando que uma fatura significativa do universo de operadores fique obrigado à entrega da declaração trimestralmente. No que respeita à Lista I, que compreende os bens tributados à taxa reduzida de 5 por cento, passa esta a englobar outros bens e serviços de reconhecida relevância social, como sejam os produtos dietéticos destinados à nutrição entérica e produtos sem glúten para doentes celíacos, bem como as empreitadas de construção, beneficiação ou conservação de imóveis realizadas no âmbito do RE-CRIA, para além de nela também se incluem agora os refrigerantes e outros produtos sucedâneos.

Paralelamente, na Lista II, referente aos bens e serviços tributados à taxa intermédia, aditam-se alguns produtos ali-



mentares comumente consumidos como aperitivos.

Por último, em consonância com o Estatuto Fiscal Cooperativo, acolhe-se na Lista I algumas empreitadas de que sejam promotoras cooperativas e procede-se à aprovação de um regime especial de exigibilidade de caixa nas entregas realizadas às cooperativas agrícolas por parte dos respectivos membros, relativamente a produtos provenientes das suas explorações.

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADJUNTO

O ministro-adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, inaugurou no passado dia 28, o Pavilhão Desportivo Municipal de Caminha, assistindo depois ao jogo de andebol entre o Barcelona e o Belenenses. Para José Sócrates, a «preocupação» da autarquia de colocar o Pavilhão Desportivo de Caminha num local «meio esquecido» da vila «contribuiu para a sua renovação urbana».



Nesse sentido, o ministro salientou que este equipamento se enquadra na política do Governo que defende a «construção de pavilhões de grande qualidade estética», que servem para a prática desportiva, mas também como «elemento qualificador das cidades».

«Temos de olhar para as áreas mais degradadas das cidades não como um problema, mas como uma oportunidade de qualificação e os equipamentos desportivos servem para isso», frisou Sócrates.

Orçado em cerca de 630 mil contos, financiados pelo subprograma A do ProNorte, pelo Governo e pela Câmara de Caminha, o Pavilhão Desportivo serve para a prática de diversas modalidades desportivas, encontrando-se ainda dotado de sauna e de um campo de squash.

ADMINISTRAÇÃO EDUCATIVA

O secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme d'Oliveira Martins deslocou-se, no dia 27 de Agosto, à Guarda, no âmbito das comemorações do oitavo centenário da cidade.



Durante a sua visita o governante presidiu, no Governo Civil, à cerimónia de assinatura de 64 contratos-programa relacionados com o Programa de Expansão e Desenvol-

vimento da Educação Pré-escolar, para os concelhos de Aguiar da Beira, Fornos de Algodres, Gouveia, Guarda, Pinhel, Sabugal e Seia.

Estes protocolos representam um investimento do Ministério da Educação no valor de 75 700 contos e permitirão beneficiar a qualidade do atendimento de 1 200 crianças.

Mais tarde, ainda na Guarda, Oliveira Martins, inaugurou a Escola Básica dos 2º e 3º ciclos de Sequeira.

Com a abertura deste novo estabelecimento de ensino básico possibilita-se o acesso à educação a mais 600 alunos, num investimento global de 830 mil contos.

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

A esquadra da PSP da Venda Nova, Amadora, esperada há 16 anos, foi inaugurada na passada quinta-feira pelo ministro da Administração Interna, Jorge Coelho.



A esquadra está situada ao lado do Bairro das Fontainhas e Seis de Maio, onde a maioria da população habita em condições precárias e enfrenta problemas de inserção social.

Nos discursos oficiais assinalou-se o reforço da segurança dos cidadãos e sublinhou-se a importância da obra.

Construída no local onde havia um salão de jogos, encerrado por lá haver prostituição e droga, a esquadra inaugurada conta com 45 agentes policiais, sete subchefes e um comandante.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Desde ontem que os funcionários públicos podem optar por trabalhar apenas quatro dias por semana, correspondendo às aspirações governamentais de criar mais empregos na administração do Estado. Com a entrada em vigor da nova legislação, o Governo socialista espera que os trabalhadores adiram ao novo regime de trabalho, garantindo, porém, que não fará nenhuma campanha nesse sentido.

O secretário de Estado da Administração Pública, Fausto Correia, assegurou, na passada terça-feira, dia 31, em Lisboa, que só depois de o processo estar em andamento será possível ter uma ideia da aceitação que a nova legislação vai ter.

Fausto Correia lembrou o caso da Bélgica, em que, em quatro anos, 20 mil funcionários públicos optaram por trabalhar quatro dias por semana.

«O que nos interessa é dar às pessoas a

DESTAQUE – CM

Finanças

MAIS COMPETÊNCIAS PARA INSPECÇÃO-GERAL

O Conselho de Ministros aprovou, na passada quinta-feira, dia 26, em Lisboa, um diploma que atribui competência à Inspeção-Geral de Finanças para organizar o registo e controlo das participações detidas pelo Estado e outros entes públicos, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 85º da Lei nº 87-B/98, de 31 de Dezembro.

O decreto-lei estabelece, pois, a obrigação de todos os entes públicos enviarem anualmente à Inspeção-Geral de Finanças uma relação de todas as participações detidas em entidades societárias e não societárias, com referência a 31 de Dezembro, de acordo com o formulário dos mapas em anexo ao projecto de decreto-lei. Para efeitos deste diploma consideram-se entes públicos o Estado; institutos públicos; instituições de segurança social; outros fundos e serviços autónomos; empresas públicas; sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos (directa ou indirectamente); administrações regionais;



autarquias locais; áreas metropolitanas; associações de municípios; empresas municipais, intermunicipais e regionais. São ainda considerados entes públicos as associações, fundações e quaisquer outras entidades em que o Estado ou outro ente público, individual ou conjuntamente, de forma directa ou indirecta, exerça uma influência dominante, nomeadamente por detenção da maioria dos direitos de voto ou resultante do direito de designar, para qualquer órgão social, a maioria dos seus membros.

PELO PAÍS

Governança Aberta

possibilidade de aderirem a este novo regime de trabalho, depois se verá o resultado», disse o governante, acrescentando que a decisão será sempre dos trabalhadores.

AGRICULTURA

O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Capoulas Santos, visitou ontem o navio Capricórnio, do Instituto de Investigação das Pescas e do Mar (IPIMAR), acompanhado pelo secretário de Estado das Pescas, José Apolinário.



Na ocasião, foram divulgados os resultados do último trabalho de investigação da referida embarcação no rastreio dos bancos de sardinha, bem como o balanço da actividade de investigação marinha nos últimos anos.

O capricórnio está ancorado na doca da Rocha do Conde de Óbidos (Ponta enclausa), Docas de Alcântara.

AMBIENTE

O problema da falta de água na cidade de Portalegre vai ser resolvido com o abastecimento a partir da barragem da Apartadura, disse no passado dia 28, o secretário de Estado adjunto da ministra do Ambiente.



Ricardo Magalhães, que falava durante uma visita ao distrito de Portalegre, acrescentou que no próximo Verão a situação de falta de água na cidade de Portalegre não voltará a repetir-se. O governante presidiu ao lançamento da primeira pedra da Estação de Tratamento de Água daquela barragem, parte de um sistema de abastecimento que servirá os cerca de 35 mil habitantes dos concelhos de Portalegre, Castelo de Vide e Marvão. Na primeira fase, o sistema servirá o abastecimento de água à população de

Portalegre e na segunda às populações de Castelo de Vide e Marvão.

Ricardo Magalhães presidiu ainda, no Governo Civil de Portalegre, à cerimónia de assinatura de um contrato-programa no valor de cerca de 734 mil contos, entre o Instituto da Água, a Direcção Regional do Ambiente do Alentejo e a Associação de Municípios de Castelo de Vide, Marvão e Portalegre, relativo ao abastecimento de água a partir da barragem da Apartadura.

CIÊNCIA

O ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago inaugurou, ontem, em Vila do Conde, o Núcleo de Ciência Viva local. Mariano Gago presidiu também à abertura da exposição «Leonardo da Vinci - La dinamica d'ell acqua».



O núcleo está instalado na antiga Cadeia Civil, um edifício de 1914, desactivado nos anos 70, que sofreu obras de requalificação.

Quanto à mostra, recorde-se que esteve patente na Expo'98 e poderá ser visitada no novo Centro de Ciência Viva de Vila do Conde durante este mês.

«O objectivo é permitir a visita das escolas», disse à Imprensa o adjunto do presidente da autarquia, salientando que se trata de «uma experiência nova que visa dar um forte apoio à comunidade escolar e, simultaneamente, motivar a população adulta para a ciência».

CULTURA

Os contratos-programa de 12 câmaras municipais no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM), no valor de 357 mil contos, foram assinados, no dia 31 de Agosto, em Lisboa.

O programa abrange um total de 36 municípios que serão apoiados financeiramente com 2,9 milhões de contos, cerca de um milhão participado pelo Ministério da Cultura e o restante pelas próprias autarquias.

Estes 12 primeiros contratos-programa foram assinados na Torre do Tombo, na presença do ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e do presidente do Instituto dos Arquivos Nacionais (IAN), Bernardo Vasconcelos e Sousa, bem como os presidentes das edilidades apoiadas.

Fazem parte deste primeiro grupo câmaras da Região de Lisboa e Vale do Tejo, do Alentejo e do Algarve, nomeadamente Cascais, Loures, Montijo, Seixal, Sesimbra,

Sintra, Torres Vedras, Mértola, Lagoa, Silves, Tavira e Vila Real de Santo António.

Através deste programa, o IAN pretende apoiar as autarquias a construir arquivos municipais, apetrechamento dos já existentes e orientação técnica.

Serão apoiadas obras para construção de raiz ou adaptação de instalações, aquisição de equipamento básico, soluções de preservação, organização e descrição de arquivos e acções de formação.

Da Região Norte serão apoiados os concelhos de Amarante, Braga, Celorico de Basto, Espinho, Freixo de Espada à Cinta, Guimarães, Mirandela, Murça, Oliveira de Frades, Penafiel, Penalva do Castelo, Porto, Póvoa do Varzim, Ribeira de Pena, Seia, Valongo, Vale de Cambra, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.

Na Região Centro vão ser apoiados os concelhos da Covilhã, Marinha Grande, Ourém, Pedrógão Grande e Sertã.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A secretária de Estado do Desenvolvimento Regional, Maria José Constâncio, visitou, na passada sexta-feira, dia 27 de Agosto, os cinco concelho que constituem a sub-região de Entre Douro e Vouga.



A iniciativa, da qual fez parte uma reunião de trabalho sobre as necessidades e perspectivas para a área abrangida no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio (QCA III), levou a governante aos municípios de Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Santa Maria da Feira.

EQUIPAMENTO

O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, presidiu no dia 30 de Agosto, no Fundão, à abertura ao trânsito do trecho norte do túnel da Gardunha, orçado em 2,6 milhões de contos.

Acompanhado pelo secretário de Estado Obras Públicas, Maranha das Neves, Cravinho referiu-se ao novo acesso como «extremamente importante», dado que vai desviar o tráfego pesado da cidade do Fundão e encurtar distâncias.

O ministro do Equipamento lembrou que a obra deverá ser vista como integrada num todo em volta da Serra da Gardunha e representa um investimento do Governo socialista na ordem dos 13 milhões de contos.

O investimento corresponde não só ao tú-

nel aberto, mas também aos túneis do acesso sul e do túnel 1.

Antes de chegar ao Fundão, João Cravinho visitou a obra de beneficiação do troço da EN 118, que representa um investimento de cerca de um milhão de contos e deverá estar concluída em Dezembro deste ano.

O projecto executado na totalidade pela Direcção de Estradas de Portalegre, possui dois lanços de características totalmente diferentes.

Um dos lanços refere-se essencialmente à reabilitação e reforço do pavimento e repavimentação de bermas, e o outro à rectificação total do traçado em planta perfil incluindo a construção de duas passagens hidráulicas especiais em solução pré-fabricada.

O projecto prevê ainda o reforço dos taludes existentes, a melhoria das condições de drenagem e a instalação de equipamentos de segurança, incluindo a remodelação das intersecções de nível e da sinalização.

SOLIDARIEDADE

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ferro Rodrigues, inaugurou no passado sábado, dia 28, em Cabeceiras de Basto, o novo centro comunitário do Centro Social e Paroquial de Abadim.



O novo equipamento social, orçado em cerca de 20 mil contos, vai funcionar como centro de dia, tendo capacidade para acolher dez idosos.

«Trata-se de um espaço onde os idosos poderão conviver, ocupar o tempo em actividades lúdicas e cuidar da sua higiene pessoal», salientou uma fonte da Câmara de Cabeceiras de Basto, acrescentando que o centro comunitário «pretende afirmar-se como pólo de desenvolvimento sociocultural».

O centro comunitário de Abadim é o primeiro do género a ser inaugurado no concelho de Cabeceiras de Basto, onde está actualmente em fase de conclusão a construção de uma infra-estrutura idêntica na freguesia de Cavez.

Os futuros centros comunitários das freguesias de Bucos e Arco de Baulhe encontram-se ainda em fase de projecto.

O Centro Social e Paroquial de Abadim, onde se integra o equipamento social inaugurado, dispõe ainda de um centro de apoio domiciliário a idosos e um espaço para ocupação de tempos livres das crianças em idade escolar.

CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 12 de Agosto

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico de acesso, do exercício e da fiscalização da actividade de prestamista;
- Um decreto-lei que aprova os regimes especiais de acesso e ingresso ao ensino superior;
- Um decreto-lei que regula os concursos especiais de acesso e ingresso ao ensino especial;
- Um decreto-lei que estabelece o regime legal de protecção do nome, da imagem e das actividades desenvolvidas pelas federações desportivas titulares do estatuto de utilidade pública;
- Um diploma que altera o decreto-lei que cria a Fundação das Descobertas;
- Uma resolução que aprova o desenvolvimento do programa relativo à aquisição de submarinos destinados à Marinha Portuguesa;
- Uma resolução que aprova a segunda fase do processo de reprivatização da Tabaqueira - Empresa Industrial de Tabacos, SA;
- Uma resolução que atribui aos herdeiros de Manuel Castro Fonseca a indemnização prevista no decreto-lei n.º 324/85, de 6 de Agosto;
- Um decreto-lei que altera o artigo 17 do Estatuto Fiscal Cooperativo;
- Um decreto-lei que cria nos serviços e organismos dependentes do Ministério do Trabalho e da Solidariedade as carreiras de ajudante de acção socioeducativa, preceptor, ajudante de ocupação e ajudante de acção directa;
- Um diploma que altera o decreto-lei na redacção dada pelo decreto-lei que regula o regime de segurança social dos trabalhadores independentes;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico das carreiras da Direcção-Geral do Tesouro e aprova a respectiva escala salarial;
- Um decreto-lei que aprova a nova lei orgânica da Direcção-Geral de Viação;
- Um decreto-lei que estabelece o novo regime de distribuição do produto das coimas por infracções rodoviárias;
- Um decreto-lei que aprova o Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Consular entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil para Protecção e Assistência Consular aos seus Nacionais em Terceiros Países, assinado em Lisboa, a 17 de Abril de 1999;
- Um decreto-lei que estabelece um regime especial de pesca nas águas interiores para os concursos de pesca desportiva;
- Um diploma que altera o decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária relativa aos valores limites e aos objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas, e a directiva que altera o Anexo II da directiva n.º 88/280/CEE;
- Um decreto regulamentar que altera a taxa de amortização dos equipamentos de energia solar prevista na Tabela II, Divisão I - Grupo 3, anexa ao decreto regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro;
- Um diploma que altera o decreto regulamentar que estabelece as regras relativas ao controlo do mercado ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas, precursores e outros produtos químicos susceptíveis de utilização no fabrico de droga;
- Uma resolução que institui, no âmbito do Ministério da Educação, o Concurso Internacional de Música Vianna da Mota, a realizar trienalmente.

CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 18 de Agosto

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria os Planos Poupança-Educação;
- Um decreto-lei que aprova o Código de Procedimento e do Processo Tributário;
- Um decreto-lei que altera o Código do Notariado e o Código do Registo Comercial;
- Um decreto-lei que aprova o novo regime jurídico dos acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública;
- Um projecto de decreto-lei que estabelece o regime de reclassificação e de reconversão profissionais nos serviços e organismos da Administração Pública;
- Um decreto-lei que define as formas de aplicação do regime jurídico de segurança, higiene e saúde no trabalho à Administração Pública, revogando o decreto-lei n.º 191/95, de 28 de Julho;
- Um decreto-lei que altera o Código do Processo Civil, o Código do Registo Predial, o Código do Registo Civil, o Código do Notariado e o Código da Propriedade Industrial;
- Um diploma que procede à alteração do estatuto da carreira de enfermagem constante do decreto-lei n.º 437/91, de 8 de Novembro, na redacção dada pelo decreto-lei n.º 412/98, de 30 de Dezembro;
- Um decreto-lei que introduz alterações aos regimes de trabalho das carreiras médicas e do internato complementar;
- Um projecto de decreto-lei que procede à reestruturação das carreiras do pessoal dos serviços gerais instituídos pelo decreto-lei n.º 231/92, de 21 de Outubro;
- Um projecto de decreto-lei que altera para 1 de Janeiro de 2000, as datas de entrada em vigor dos decretos-lei n.ºs 142/99 e 143/99, de 30 de Abril e o decreto-lei n.º 159/99, de 11 de Maio;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 269/98, de 1 de Setembro, aprova o regime dos procedimentos para cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes de contratos de valor não superior à alçada do tribunal da 1ª instância;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico dos ficheiros informáticos dos Institutos de Medicina Legal de Lisboa, Porto e Coimbra;

- Um decreto-lei que reestrutura as carreiras de vigilante da natureza e de guarda da natureza dos quadros de pessoal do Ministério do Ambiente;
- Um diploma que altera o decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico nacional as directivas comunitárias relativas a problemas de fiscalização sanitária em matéria de comércio intracomunitário de animais das espécies bovina e suína;
- Um projecto de decreto-lei que aprova o regime jurídico relativo à tripulação do navio;
- Um diploma que altera o decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva comunitária relativa a um sistema geral de reconhecimento dos diplomas de ensino superior que sancionam formações profissionais com uma duração mínima de três anos;
- Um decreto-lei que estabelece um regime emolumentar transitório aplicável aos registos provisórios de aquisição e de hipoteca cuja caducidade ocorra em virtude da aplicação do decreto-lei n.º 281/99, de 26 de Julho;
- Uma resolução que transfere do domínio público ferroviário do Estado para o domínio público municipal duas parcelas de terreno localizadas em Viana do Castelo;
- Uma resolução que adita à resolução n.º 3/99, de 2 de Janeiro competências delegadas no Ministro da Justiça para autorizar a prorrogação do prazo da empreitada de construção do Estabelecimento Prisional da Carregueira;
- Uma resolução que ratifica o Plano Director Municipal de Penacova.

CONSELHO DE MINISTROS Reunião de 26 de Agosto

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que aprova o Código de Processo do Trabalho;
- Um decreto-lei que atribui competência à Inspecção-Geral de Finanças para organizar o registo e controlo das participações detidas pelo Estado e outros entes públicos, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 85º da Lei nº 87-B/98, de 31 de Dezembro;
- Um decreto-lei que introduz alterações ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), harmoniza-o com a Lei Geral Tributária e aprova o Regime Especial de Exigibilidade do IVA nas entregas de Bens às Cooperativas Agrícolas;
- Um decreto-lei que cria o Centro Hospitalar da Cova da Beira;
- Uma resolução que suspende do exercício de funções os governadores civis dos distritos de Aveiro, Castelo Branco, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal e Faro;
- Um decreto-lei que aprova o regime jurídico das pensões de preço de sangue e por serviços excepcionais e relevantes prestados ao País;
- Um decreto-lei que regula a constituição e o funcionamento dos fundos de pensões e das sociedades gestoras de fundos de pensões;
- Um diploma que altera o artigo 38º do Código do IRC, aprovado pelo decreto-lei n.º 442-B/88, de 30 de Novembro;
- Um projecto de decreto-lei que aprova o Estatuto Profissional do Pessoal dos Serviços Externos do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- Um decreto-lei que introduz alterações ao disposto nos artigos 16º e 30º dos Estatutos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aprovados pelo decreto-lei n.º 322/91, de 16 de Agosto, e adita os artigos 42º e 43º;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno a directiva comunitária relativa aos valores limite e aos objectivos de qualidade para as descargas de mercúrio de sectores da electrólise dos cloretos alcalinos;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna a directiva do Parlamento Europeu relativa à colocação no mercado e à utilização de algumas substâncias e preparações perigosas;
- Um decreto-lei que adapta os vários Códigos Tributários à Lei Geral Tributária aprovada pelo artigo 1º do Decreto-lei n.º 398/98, de 17 de Dezembro;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico da formação desportiva no quadro da formação profissional;
- Um decreto-lei que fixa os padrões de emissão e os processos de homologação dos motores a instalar em máquinas móveis não rodoviárias;
- Um decreto-lei que aprova a criação de um quadro especial transitório na Secretaria-Geral do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, onde se integra o pessoal da Casa do Douro com vínculo à Administração Pública;
- Um diploma que altera o decreto-lei que aprova o Estatuto dos Guardas Prisionais;
- Um decreto-lei que aprova a estrutura e o regime das carreiras específicas da Direcção-Geral do Orçamento;
- Um diploma que altera o decreto-lei que cria o Conselho Superior da Administração e da Função Pública (CSAFP);
- Um diploma que aplica o processo de regularização previsto no decreto-lei n.º 413/91, de 19 de Outubro, alterado pela Lei n.º 5/92, de 21 de Abril, ao pessoal administrativo ou promovido irregularmente até três anos antes da entrada em vigor daquele diploma;
- Um decreto regulamentar que autoriza a abertura de concurso público para a concessão do exclusivo da exploração de jogos de fortuna ou azar da zona de jogo de Vidago-Pedras Salgadas;
- Uma resolução que exonera do cargo de governador civil do distrito de Coimbra, a seu pedido, Victor Manuel Bento Baptista;
- Um diploma que altera a resolução do Conselho de Ministros que aprovou o Regulamento de Aplicação do Programa IMIT - Iniciativa para a Modernização da Indústria Têxtil;
- Uma resolução que aprova a aquisição das fracções «EA», «EB», «EC», «EN», «EO», sitas no piso menos um, primeira cave, e das fracções «FB», «FC», «FD», «FE», «FF» e «FH», no piso quarto, quarto andar, do edifício designado por «Edifício Atlântia I, sito em Lisboa no Lote 12, na Estrada da Luz.

FINLÂNDIA

Visita

SEIXAS DA COSTA PREPARA PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

O secretário de Estado dos Assuntos Europeus está na Finlândia para, em conjunto com as autoridades locais, preparar a articulação entre os programas da actual presidência finlandesa da União Europeia (UE) e da portuguesa. Seixas da Costa, tendo em vista a presidência portuguesa da UE de 1 de Janeiro a 30 de Junho de 2000, teve encontros no dias 30 e 31 de Agosto com o ministro das Relações Económicas Externas, Kimmo Sasi, e com o seu homólogo finlandês, Alec Aalto. Fonte oficial referiu que, nas reuniões, estarão em discussão temas como o processo de alargamento da UE e o lançamento da nova Conferência Intergovernamental (CIG) sobre a reforma das instituições, a iniciar durante a presidência portuguesa. Em cima da mesa estará também a proposta portuguesa para a realização da cimeira entre a UE e os países da África, que terá lugar em Abril de 2000, no Cai-



ro, Egipto.

Em relação ao alargamento, aguarda-se que o Conselho Europeu de Helsínquia venha a decidir incluir novos países nas negociações de adesão, o que ocorrerá

em 2000, sendo igualmente importante preparar os capítulos negociais a iniciar sob a presidência portuguesa.

A estratégia da UE face à Turquia estará igualmente na agenda de trabalhos. Quanto à reforma institucional, prevê-se que a presidência finlandesa apresente um relatório com as várias opções a analisar pela futura CIG, cabendo a Portugal lançar o processo negocial efectivo, «preparando terreno para a presidência francesa», no segundo semestre de 2000.

Cimeira UE/África

Sobre a Cimeira UE/África, tanto a União como a Organização da Unidade Africana (OUA) estão a prepará-la, sendo necessária «uma íntima articulação» entre as duas presidências para a realização do evento.

Seixas da Costa abordará igualmente com as autoridades locais a preparação do Conselho Europeu Extraordinário de Tampere, a 15 e 16 de Outubro, e que

deverá tratar de questões ligadas aos combates à criminalidade organizada e ao tráfico de drogas.

Em debate estarão ainda temas ligados à Justiça e aos Assuntos Internos, domínios em que o Tratado de Amesterdão introduziu novas competências comunitárias a serem desenvolvidas na próxima Comissão Europeia, no quadro das funções do novo comissário português, António Vitorino.

O governante português, que viaja acompanhado pela assessora do primeiro-ministro, Maria João Rodrigues, deverá também articular com Helsínquia aspectos relativos à Cimeira Extraordinária da UE, que terá lugar durante a presidência portuguesa.

A Cimeira, subordinada ao tema «Emprego, Reformas Económicas e Coesão Social - Para uma Europa de Inovação e do Conhecimento», está marcada para Março de 2000 e contará com a presença dos chefes de Estado e de Governo da UE.

ENSINO

Presidência portuguesa da UE

FORMAÇÃO DE PROFESSORES SERÁ PRIORIDADE

A formação dos professores será uma das principais preocupações da União Europeia durante a presidência portuguesa, e passará pela criação de uma rede de centros nessa área, anunciou no dia 23 de Julho o ministro da Educação, em Coimbra.

Durante o fórum «Despertar a Alma da Europa», Marçal Grilo disse ter proposto, há dois meses, aos seus homólogos do Conselho de Ministros Europeu que a formação dos professores seja o tema central, na área Educação, da presidência portuguesa da União, que ocorrerá no primeiro semestre do próximo ano.

Marçal Grilo referiu que já recebeu respostas de vários ministros da Educação dos restantes países favoráveis à sua pretensão.

A ideia é criar uma rede de organizações e estruturas de formação de professores em termos europeus, assente nos «grandes valores e nas raízes da Europa», para que ela seja «forte e diversificada».

O objectivo - precisou - «não é criar políticas comuns mas proceder a acertos e a uma certa reflexão conjunta e, gradualmente, tomar medidas de compatibilização e de compatibilização», o que não significa uma uniformização.



Portugal parte «com alguma fragilidade» para essa caminhada, admitiu Marçal Grilo, ao afirmar que «mais de 70 por cento da população com um máximo de seis anos de escolaridade» faz de Portugal «necessariamente um país frágil».

Para a resolução dos «grandes factores de instabilidade» da Europa é essencial, no entender do ministro português, não só o alar-

gamento da União aos países de Leste mas também investir no papel da Educação.

«A crise dos Balcãs é apenas o leve levantar das questões essenciais da Europa, que foi capaz de resolver as questões da segunda Guerra Mundial mas não as da primeira», disse.

Marçal Grilo falou das «ameaças e riscos» da Europa actual, entre os quais uma co-

munidade com única língua, e manifestou-se «muito preocupado com a sua língua materna».

Uma política de harmonização do ensino superior, defendida o ano passado por quatro ministros em Paris, é, no entender de Marçal Grilo, uma ameaça à identidade linguística dos vários países da Comunidade.

«Mais tarde falaremos todos a mesma língua, e recuso privar-me da minha língua - o português», disse, referindo-se à tentativa de uniformização do ensino superior.

O ministro defende como «absolutamente essencial» que cada sistema educativo dos diferentes países mantenha as suas características próprias.

Caracterizou a Europa no final deste milénio como «um mosaico de nações e países muito diversificado, com grandes egoísmos e alguns novos nacionalismos que ameaçam a nova União».

Despertar a Alma da Europa

O fórum «Despertar a Alma da Europa» foi organizado pelo Grupo Europeu de Investigação para a Formação de Educadores Cristãos (GERFEC) e teve a participação de 12 países, bem como membros das comunidades judaica e muçulmana.

«APARECE» RESPONSABILIDADE PARTILHADA

Todos os jovens, entre os 12 e os 21 anos, podem agora esclarecer dúvidas sobre saúde física e mental no «Aparece», um espaço confidencial, gratuito, informal e dinâmico que conta com uma equipa profissional pronta a ouvir, atender e até tratar uma simples borbulha e/ou outras alterações físicas de crescimento mais complicadas.

Inaugurado na passada segunda-feira, dia 30, pela ministra da Saúde, Maria de Belém, o Centro de Atendimento de Jovens - «Aparece» é uma espécie de porta sempre aberta para a juventude que por lá passar para dialogar e questionar sobre as mais diversas problemáticas relativas à saúde na adolescência.

Esta iniciativa, pioneira em Portugal, fixou sede no Centro de Saúde da Lapa (Rua Buenos Aires), em Lisboa.

«Aparece» é um nome apelativo à participação da camada juvenil que pretende, simultaneamente, sugerir a disponibilidade da equipa médica do Centro, inspirando-se no adágio popular «cresce e aparece».

É que o principal objectivo deste projecto é facilitar o crescimento, enquanto o nome «aparece» torna-se apelativo de duas tarefas essenciais na faixa etária que precede a idade adulta: a formação da identidade e a conquista da autonomia.

Porquê aparecer?

Não é recente a preocupação expressa a nível das instâncias transnacionais ligadas à saúde no sentido de projectar, promover e executar uma política específica de atendimento à juventude.

Desde os anos 60 que a Organização Mundial de Saúde tem procurado sensibilizar a comunidade internacional para a necessidade de uma actuação específica junto desta faixa etária.

Foi no biénio 1997/98, já em período de governação socialista, que o Ministério da Saúde, chefiado pela camarada Maria de Belém, indicou explicitamente os jovens como um dos grupos etários prioritários para actuação sobretudo na promoção e protecção da saúde.

Apesar da mortalidade juvenil no País registar níveis baixos, verificou-se que os problemas de saúde na juventude estão relacionados com os estilos de vida adoptados pelos adolescentes.

Neste contexto, e para tornar eficaz a prevenção e a educação para a saúde torna-se imperativo que os jovens sejam receptivos a mensagens que os orientem na sua vida diária, de forma a interiorizarem e tomarem opções individuais no que respeita a comportamentos ou não de risco para a saúde.

É por isto que o projecto «Aparece» foi concebido num panorama interactivo. A meta traçada é, pois, a de conseguir a participação activa da juventude e das redes



sociais a ela ligadas.

A abordagem das problemáticas dos adolescentes serão abordadas no «Aparece» numa perspectiva interdisciplinar, considerando vertentes como a biológica, psicoafectiva e sociofamiliar.

O Centro de Atendimento para Jovens da Rua de Buenos Aires à Lapa (27 r/c direito) propõe-se incentivar a intervenção dos adolescentes na sua própria formação e educação para a saúde, privilegiando a

área da prevenção e procurando dinamizar a investigação científica.

Quando e como aparecer?

Sendo o Centro um local de «boas práticas», poderá constituir um vértice orientador na formação de técnicos na área dos cuidados de saúde primários.

O «Aparece» funcionará diariamente, das 8 às 20 horas, mas o atendimento própria-

mente dito será feito apenas de tarde, entre as 14 e as 20 horas.

Estão previstas quatro vertentes de acção em interligação permanente: Atendimento, Prevenção, Investigação e Formação.

A prevenção é o objectivo principal do «Aparece», uma vez que é considerada uma forma de atingir uma melhoria da qualidade de vida na adolescência, relativamente à saúde.

O espaço e a equipa do «Aparece» proporcionarão, no atendimento, um acolhimento desburocratizado, por forma a garantir uma resposta eficaz e em tempo útil (no próprio dia).

O acesso ao atendimento é gratuito e confidencial, podendo ser ainda directo, por referenciação de outros clínicos, escolas, estruturas comunitárias ou mesmo por telefone ou outro meios de comunicação.

O atendimento é, além de tudo isto, especializado e multidisciplinar. Fazem parte do Centro uma equipa de médicos de medicina familiar, ginecologia, dermatologia, endocrinologia, estomatologia, oftalmologia, ortopedia, psiquiatria e alergologia, bem como enfermeiras, psicólogos, técnicos de serviço social, de motricidade humana, nutricional a par de uma equipa de pessoal administrativo.

A responsabilidade é partilhada. Bastará apenas aparecer no «Aparece» e fazer jus ao adágio popular segundo o qual «mais vale prevenir do que remediar».

MARY RODRIGUES

Quem «Aparece»?

Se tens entre 12 e 21 anos, resides na área da «Unidade B» (ver freguesias no final do texto) e sentes necessidade de debater as tuas opiniões, projectos, dúvidas e receios ou se te interessa/preocupa qualquer aspecto da tua saúde, então «Aparece» na Rua de Buenos Aires à Lapa, 27 r/c direito (autocarros 13, 20, 27 e 38/ eléctricos 25 e 28), entre as 14 e as 20 horas, ou telefona para o (01) 393 2477.

O «Aparece» foi criado a pensar em ti, é confidencial, privado, desburocratizado e garante atendimento gratuito e imediato.

Freguesias - Anexo 1

Lapa, Prazeres, Santos-o-Velho, Encarnação, Mártires, Mercês, Sacramento, Santa Catarina, Santa Justa, Marvila, M. dos Olivais, Anjos, Pena, Penha de França, Alto do Pina, São João de Deus, Jorge de Arroios, Coração de Jesus, São José, São Sebastião da Pedreira, Castelo, Graça, Madalena, Santiago, Santo Estevão, São Cristóvão, São Lourenço, São Miguel, São Nicolau, São Paulo, São Vicente de Fora, Sé, Socorro, Apeiação, Bobadela, Camarate, Moscavide, Portela, Prior Velho, Sacavém, Santa Iria de Azóia, São João da Talha, Unhos, Beato, Santa Engrácia, São João, Santa Isabel, São Mamede, Campolide, Nossa Senhora de Fátima e São Domingos de Benfica.

ARES DE LIBERDADE

Muito civismo, coragem e determinação levaram 98,6 por cento dos timorenses recenseados às urnas de voto, no passado dia 30, naquela que será recordada como a primeira oportunidade de expressão de vontade num território martirizado há 23 anos pela bárbara ocupação indonésia. Ventos de mudança... ares de liberdade...

As primeiras horas de votação no referendo pela autodeterminação do povo maubere foram de grande afluência às urnas. Filas intermináveis de cidadãos timorenses formaram-se em frente às assembleias de voto, por todo o território, muito antes da hora marcada para o início da votação.

Ao cabo da primeira hora de votação a UNAMET estimava que 50 dos recenseados no território já tinham votado ou estavam à espera de votar, junto às respectivas assembleias.

Poucas horas antes do início da votação, o líder histórico da Resistência, Xanana Gusmão, exortara o «heróico povo timorense» a votar com um «último rasgo de coragem» e apelava a que todos assumissem a reconciliação «com alma».

«Vamos votar! Vamos todos votar! Não tenhamos medo!», incitava Xanana, na mensagem divulgada na madrugada de segunda-feira em Jacarta (noite de domingo em Lisboa).

A medida que o tempo ia passando, as filas de timorenses a aguardar para votarem iam engrossando, num ambiente aparentemente pacífico.

Os funcionários locais da ONU foram os primeiros a votar, após o que foram votando as personalidades mais carismáticas da luta do povo maubere.

D. Ximenes Belo, em Díli, Ramos Horta, na Austrália, ainda no exílio, D. Basílio do Nascimento, em Baucau, e o mais esperado dos timorenses, Xanana Gusmão - que, apesar de preso, exerceu o seu voto entre palmas e aclamações de largas centenas de timorenses que o aguardavam frente à assembleia de voto - votaram a meio da manhã.

Repetiam-se entretanto as declarações de aceitação dos resultados e de esperança em que a tranquilidade se mantinha após o referendo.

De Jacarta, mais precisamente do «Jakarta Post», vinha entretanto um alerta para o governo de Habibie. O jornal afirmava que Jacarta tinha cometido um erro em 1975 ao ocupar Timor-Leste que não devia repetir agora interferindo na decisão do povo timorense.

Em Portugal, por seu turno, o primeiro-ministro, António Guterres, em declarações à Rádio Renascença, considerou que a votação constituía um «momento inesquecível» e «de grande emoção para o povo timorense».

Já a votação decorria há mais de cinco horas quando o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, se declarou «muito feliz por finalmente ter chegado a oportunidade de se encontrar uma solu-



ção abrangente e justa» para Timor.

Uma justiça ausente em Gleno, no momento em que elementos das milícias alegadamente dispararam rajadas de tiros, ferindo duas pessoas num centro de votação, no que constituía o primeiro caso de violência a ensombrar a consulta popular. Em Lisboa, os timorenses recenseados em Portugal começam a votar quando em Timor-Leste as urnas já estão encerradas. A votação faz-se, sob fiscalização de observadores internacionais, na delegação de Lisboa da Missão de Assistência das Nações Unidas em Timor (UNAMET). Estão recenseados em Portugal 2 204 timorenses (alguns provenientes de outros países europeus), mas o resultado da votação, tal como acontece com todas as votações feitas fora do território, será revelado daqui a uma semana, a partir de Darwin, na Austrália, onde está localizado o centro coordenador da Organização Internacional para as Migrações.

A proclamação dos resultados será feita pelo secretário-geral da ONU, após as Nações Unidas confirmarem que a consulta foi justa e livre.

Indonésia valida consulta

Para já há a registar que, finda a votação, o reconhecimento por parte do governo indonésio de que a «consulta foi justa» veio legitimar o processo eleitoral em Timor-Leste e debilitar as críticas de fraude.

Apesar de admitir a existência de pequenas irregularidades durante a votação - sobre as quais solicitou já investigação -, o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Ali Alatas, não se coibiu de apreciar de forma positiva todo o processo, afirmando mesmo esperar que não apareça ninguém a dizer que a votação não foi livre e justa quando terminar a contagem dos votos.

A confirmar esta atitude, o ministro da Defesa, general Wiranto, veio também a público reafirmar que Jacarta retirará as suas tropas se a independência vencer e anunciar a disponibilidade para participar numa força de paz desde que a ONU se encar-

regue das despesas.

Polémicas à parte, começou ontem a contagem dos votos das 850 urnas que contém os votos de 98,6 por cento dos 438 517 timorenses recenseados no território, enquanto se multiplicam notícias sobre incidentes.

A morte de um funcionário local da UNAMET na assembleia de voto de Atsabe, a sul de Ermera - esfaqueado segunda-feira por um elemento de uma milícia pró-integracionista já depois do fecho das urnas -, continua a ser o incidente mais grave registado até à data.

Embora o recrudescer gradual da violência em Timor-Leste seja já um facto é aconselhável optar pela aconselhar prudência, pois os resultados da votação só serão conhecidos dentro de uma semana.

Dias depois da votação em Timor-Leste, a principal preocupação dos observadores portugueses e internacionais é agora a aplicação dos resultados da consulta, já sublinhada pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan, que apelou ao «máximo de moderação e paciência» para assegurar que a «vontade» dos timorenses seja respeitada.

Jardim de sobressaltos

Alberto João Jardim foi, desde o dia do referendo, a única voz dissonante entre os líderes políticos portugueses sobre o apoio financeiro de Portugal a Timor-Leste, contrariando mesmo o presidente do PSD, que, alegadamente, «apoiava uma solidariedade» para com o território, mas recusa-se terminantemente a demarcar-se das afirmações sobressaltadas do *sui generis* líder madeirense.

Criticando a actuação do comissário Vítor Melícias, por não «confiar minimamente» nele, o presidente regional garantiu que da Madeira não sairá «nem um tostão» para a «aventura» portuguesa em Timor. Será que o voluntarioso e sobressaltado Jardim desconhece o facto de não constar entre as atribuições da Presidência da Região Autónoma da Madeira as funções de gestor do Orçamento de Estado? Caso para dizer: ainda bem que assim é!

M. R.

Comentários

«Preto regressar a Timor-Leste dado que Jacarta não é a minha terra»
Xanana Gusmão - líder histórico da Resistência Timorense a propósito da eventualidade dos resultados do referendo darem a vitória aos pró-integracionistas

«Momento inesquecível (...) um momento de grande emoção»
António Guterres

«Os timorenses estão com um ar bastante satisfeito. Já têm um ar de liberdade com a independência que todos nós esperávamos e que está tão próxima»

João Carrascalão - dirigente da UDT

«Da parte dos timorenses sabemos como nos entendemos e sabemos ser tolerantes. O problema não é dos timorenses, mas de forças estranhas que estão por trás, ou seja, certos sectores do Exército indonésio»

Ramos Horta - vice-presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense

«Vão votar sem medo e depois da votação aguardem os resultados e procurem viver na tranquilidade sem estar a celebrar, os que já ganharam, em grande euforia. E os outros também, se perderem, não tenham rancor contra os outros»

D. Ximenes Belo - bispo de Díli - num apelo à paz

«É uma grande demonstração do que sempre vi em Timor: uma grande determinação dos timorenses em exercerem o direito democrático de expressarem a sua vontade, contra todas as intimidações»

Ana Gomes - chefe da secção de interesses de Portugal na Indonésia - a propósito da grande afluência às urnas

«Apesar do terror e da intimidação, há um empenhamento dos timorenses em agarrar o destino de Timor nas suas próprias mãos»

Roque Rodrigues - o rosto mais visível da resistência timorense em Portugal

«O nome de Xanana é um heterónimo de Timor»

Idem

«Um segundo 25 de Abril»
Jorge Coelho - a propósito da forma tranquila como decorreu a votação referendária

JUVENTUDE

Miguel Fontes inaugura

MAIS DUAS POUSADAS PARA OS JOVENS

A aposta em dotar o País de uma rede de Pousadas da Juventude que permita aos jovens conhecer e viajar mais facilmente pelo nosso país, desenvolvendo as potencialidades do turismo juvenil, conheceu recentemente mais um importante impulso.

Após a inauguração, no final de Julho, da Pousada de Juventude de Almogrove, em Agosto, Miguel Fontes, secretário de Estado da Juventude, inaugurou no Norte mais duas importantes unidades de turismo juvenil: as Pousadas de Bragança e Viana do Castelo.

No dia 12 de Agosto, Dia Mundial da Juventude, Miguel Fontes Inaugurou em Bragança a Pousada de Juventude, aproveitando a ocasião para a apresentação pública do Centro Nacional de Informação Juvenil e do balanço do Festival Mundial da Juventude e das Conferências Internacionais de Juventude realizadas em Portugal, no Verão de 1998.

Com a implementação do Centro Nacional de Informação Juvenil na Internet pretende-se incrementar a criação de uma comunidade virtual para os jovens portugueses – não obstante a possibilidade deste centro ter a possibilidade de ser con-



sultado/utilizado de qualquer parte do mundo – que seja pólo de atracção e referência no ciberespaço nacional, pelo seu conteúdo temático e dinamismo, o que permitirá à Secretaria de Estado da Juventude e às entidades tuteladas uma muito maior interacção com a população que serve.

Do vasto leque de informação e apoios que a Secretaria de Estado da Juventude veicula, determinam-se, claramente, duas grandes áreas: a informação relativa à qual é promotora e a informação relativa à qual

é distribuidora.

De salientar que o site terá um menu principal, com um primeiro nível e links através dos quais o utilizador poderá aceder a informação disponibilizada dos seguintes assuntos: Cartão Jovem, Emprego, Bolsa de Oportunidades, Estrangeiro, Cidadania, Empréstimos e Facilidades, Programas, Educação, Cultura, Desporto, Tempos Livres, Ambiente, Saúde e Associativismo. Miguel Fontes depois de ter estado na inauguração da pousada no dia 12, no dia seguinte efectuou uma visita ao distrito de

Bragança que teve como ponto alto uma deslocação ao Parque Nacional do Douro Internacional.

A segunda pousada inaugurada durante Agosto foi a de Viana do Castelo, numa cerimónia que contou com a presença do primeiro-ministro, António Guterres, que se encontrava acompanhado pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, e do secretário de Estado da Juventude, Miguel Fontes.

Orçada em cerca de 546 mil contos, a Pousada de Juventude de Viana do Castelo, a mais recente estrutura do turismo juvenil, tem um total de 82 camas, divididas por sete quartos duplos, dois quartos duplos para deficientes e 16 quartos múltiplos. Em termos de serviços de apoio, a Pousada de Juventude de Bragança tem um refeitório com capacidade para 60 pessoas, uma sala polivalente para 70 pessoas, uma cozinha e uma lavanderia de alberguista e ainda um bar, sala de convívio com jogos, uma esplanada e parque de estacionamento.

A inauguração da pousada que decorreu no dia 20 de Agosto teve animação musical a cargo da Escola Profissional de Música de Viana do Castelo e do grupo Lírios do Campo.

J. C. C. B.

HABITAÇÃO

Guterres salienta

REALOJAMENTOS TRIPLICARAM NESTE MANDATO

É uma nova forma de perspetivar a acção política, dirigindo-a para as pessoas, privilegiando a construção de um Estado de bem-estar social, em detrimento de uma política de fachada e de betão cavaquista. Agora, que está prestes a terminar o mandato do Governo do PS, é de salientar o facto de que na área da habitação e em relação ao anterior mandato ter triplicado o número de famílias realojadas em bairros sociais.

Isto mesmo foi lembrado pelo primeiro-ministro, António Guterres, no decurso de uma visita de trabalho no dia 11 de Julho, em Santa Cruz do Bispo, Matosinhos. António Guterres falava perante milhares de pessoas na entrega de chaves de um complexo de habitação social, naquela que foi a sua primeira visita a Santa Cruz do Bispo.

Humanização dos bairros sociais

O primeiro-ministro salientou que o Governo fez também «um enorme esforço de humanização» dos bairros sociais, tendo



passado das quatro intervenções feitas no último mandato do PSD para «mais de 200» neste.

O chefe do Governo justificou a escolha de Matosinhos para este «balanço da política virada para a habitação» pelo facto de os dois prémios atribuídos este ano pelo

Instituto Nacional de Habitação serem de obras feitas neste concelho.

António Guterres, que estava acompanhado do ministro do Equipamento, João Cravinho, e de três secretários de Estado, realçou que foi possível ainda neste mandato «ajudar a criar as condições para que

cerca de 600 mil famílias pudessem comprar casa».

O presidente da Câmara de Matosinhos, Narciso Miranda, referiu-se a novas obras de habitação social que se vão iniciar brevemente na freguesia e no concelho e elogiou o trabalho do Governo socialista, afirmando que «as maiorias não se pedem, merecem-se».

Momentos antes, no Centro Social e Paroquial de Santa Cruz do Bispo, António Guterres disse que os socialistas pretendem no próximo mandato «garantir que metade das crianças até aos três anos tenham acesso a creche» e duplicar de novo o apoio domiciliário a idosos.

A visita de António Guterres a Matosinhos terminou no porto de pesca, na cerimónia da bênção do mar e dos pescadores que marcou o final da procissão do Mártir S. Sebastião, a que assistiram também milhares de pessoas.

No final da bênção, um grupo de pescadores ofereceu ao primeiro-ministro uma réplica da traineira «Mártir S. Sebastião» com cerca de um metro de comprimento.

J. C. C. B.



Amadora

Câmara dá emprego a alunos da Escola-Oficina

A Câmara Municipal da Amadora irá garantir emprego à maioria dos cerca de sessenta formandos que frequentam a Escola Oficina, a funcionar há quatro meses na Amadora.



A cerimónia oficial de inauguração da Escola contou com a presença do secretário de Estado da Administração Educativa, Guilherme de Oliveira Martins, e do secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, Paulo Pedrosa.

A Escola - também conhecida como Escola das Profissões - pretende ser uma alternativa aos percursos académicos e destina-se a desempregados com idades entre os 16 e os 30 anos e desempregados com mais de 30 anos inscritos no Centro de emprego há mais de um ano.

A Câmara da Amadora assumiu o compromisso de empregar 80 por cento dos alunos e de acordo com o adjunto do presidente da autarquia, Augusto Guedes, «os formandos que frequentam o curso de encadernação já estão a ser assediados por empresas do sector». «Os jardineiros e os calceteiros serão todos admitidos para trabalhar na câmara ou nas juntas de freguesia», afirmou. Os alunos recebem uma bolsa de formação paga pelo Centro de Emprego, correspondente ao salário mínimo nacional.

Os cursos têm a duração de um ano - quatro meses de formação teórica e oito de formação prática e os cursos que a funcionar são a encadernação, carpintaria, calcetagem, jardinagem e estucagem.

A Escola das Profissões resulta de uma parceria entre a Câmara Municipal, a Escola Profissional Gustave Eiffel e o Centro de Emprego e contou com o apoio financeiro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Amarante

Obras na Casa da Cerca

A Câmara Municipal de Amarante aprovou recentemente o projecto para a adaptação da Casa da Cerca a Biblioteca e Arquivo municipais, indo agora decorrer o concurso público da empreitada.



As obras a realizar respeitam à segunda fase da intervenção naquele imóvel, tendo a primeira correspondido a trabalhos de limpeza, picagens e desmontes de rebocos e escavações arqueológicas, que decorreram em 1997.

Cabeceiras de Basto

Visita de Eusébio

Eusébio da Silva Ferreira, um dos maiores jogadores de todos os tempos, que ao serviço do Benfica e da selecção nacional encantou o mundo, esteve no dia 30 de Julho em Cabeceiras de Basto. O símbolo maior do Benfica, clube pelo qual conquistou vários títulos nacionais e foi bicampeão europeu, tendo ainda estado em mais três finais europeias, que o clube da águia perdeu ingloriamente, foi alvo de uma recepção nos Paços do Concelho e visitou o mosteiro de S. Miguel de Refojos.

Símbolo maior do Benfica

Eusébio presidiu ainda a duas sessões de autógrafos do livro «Obrigado Eusébio», visitou o estádio municipal António Gomes Pereira, onde descerrou uma placa em sua homenagem. Do programa da visita de Eusébio constou ainda um jantar-conívio promovido por dirigentes desportivos, admiradores, bem como autarcas e outras forças vivas do concelho.

Cascais

Câmara apoia Centro Comunitário de Carcavelos

A Câmara Municipal de Cascais está a

apoiar o Centro Comunitário de Carcavelos com a entrega de um subsídio no valor de 16 mil contos, para os trabalhos de conservação, reparação e beneficiação das suas instalações que são usufruídas diariamente por cerca de 300 pessoas.

Faro

Festa de Verão do Idoso

Mais de meio milhão de pessoas, provenientes de todos os lares e residências da terceira idade do Algarve, participaram na Festa de Verão do Idoso, que decorreu no dia 31 de Julho, na capital algarvia.



A festa, uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal e da Casa do Idoso do Meio Rural de Faro, no âmbito das comemorações do Ano Internacional das Pessoas Idosas, teve como ponto alto uma tarde recreativa em que participou a cantora Cândida Branca-Flor, artistas amadores locais e também grupos culturais ligados ao projecto camarário de animação para a terceira idade.

Tendo como palco o Instituto Dom Francisco Gomes, a Casa dos Rapazes, a Festa de Verão dos idosos farenses foi também marcada pelo convívio entre a terceira idade e os jovens utentes daquela instituição privada de solidariedade social.

Para o presidente da Câmara Municipal de Faro, Luís Coelho, trata-se de «uma interessante manifestação de solidariedade inter-etària e de multi-utilização dos espaços disponíveis na cidade», que contribui para a melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa.

Felgueiras

Subsídios para Bandas de Música

A Câmara Municipal de Felgueiras decidiu atribuir dois subsídios de mil contos às Bandas de Música de Felgueiras e da Lixa.

A presidente da Câmara, Fátima Felgueiras, fundamenta a decisão lembrando «as raízes ancestrais daquelas co-

lectividades, que constituem, sem dúvida, um rico património cultural que deve ser incentivado».



Montemor-o-Velho

Projecto Percorso Cultural

A Câmara Municipal de Montemor-o-Velho aprovou recentemente uma candidatura no âmbito do Programa PITER, que se encontra em apreciação final na Direcção-Geral de Turismo e que tem a denominação de Projecto Percorso Cultural.

Vila Real de S. António

Bandas jovens animam Verão

A Câmara Municipal de Vila Real de S. António convidou as bandas de música jovem do concelho, para animarem espectáculos de Verão nas três freguesias do município durante os meses de Julho, Agosto e Setembro.



As bandas participantes que actuam no âmbito do ciclo «Dias de Levante 99», exibindo música pop e rock, são os Norte e Sul, VB, Indecisos, Vide Versus e Soul or Silence.

Com esta iniciativa, a autarquia tem por objectivo fomentar a divulgação das bandas jovens do concelho, permitindo a sua exibição perante os milhares de turistas que visitam o município nesta altura do ano.

ELEIÇÕES

MANUEL ALEGRE CONFIANTE EM «GRANDE VITÓRIA» DO PS

O cabeça-de-lista pelo PS em Coimbra previu no dia 30 de Agosto uma «grande vitória eleitoral» dos socialistas nas próximas eleições legislativas.

O camarada Manuel Alegre, que falava à saída do Tribunal de Coimbra após a entrega da lista de candidatos do PS pelo círculo, manifestou-se convicto de que o seu partido vai alcançar uma «grande vitória, à escala nacional e no distrito».

Em resposta a um repto lançado recentemente pelo cabeça-de-lista do PSD, Santana Lopes, o camarada Manuel Alegre frisou que «nunca fará debates a dois» por entender que «uma democracia a dois é uma democracia empobrecida».

O vice-presidente da Assembleia da República apelou a uma campanha «pela positiva, com capacidade de diálogo e tolerância» e defendeu a necessidade de pôr termo à «ideia de bipolarização,



recenterando o País», tendo em conta o papel de cidades como Coimbra. Os camaradas Fausto Correia, João Rui de Almeida, Teresa Coimbra, José Penedos, Luís Parreirão e Victor Baptista são as figuras seguintes na lista que o PS entregou hoje no Tribunal de Coimbra.

BEJA

«Beja é Muito»

«Beja é Muito» é o nome do boletim informativo do Secretariado da Comissão Política Concelhia de Beja do PS.

No primeiro número, edição de Junho, no Editorial pode ler-se: «O Secretariado da Comissão Política Concelhia, ao baptizar o seu boletim "Beja é Muito" está, simultaneamente, a homenagear a população do concelho e o autor do poema (Manuel Alegre) que acaba assim...

*"Onde outras serão excesso Beja é pouco
mais de sombra que sol é seu circuito
Procurai no recanto e no reboco
Vereis que Beja é muito".*

BRAGA

«Público» especula

A Federação Distrital de Braga do PS, num comunicado, considera que «o jornal "Público" na sua edição de 17 de Julho, e sob a manchete "Pina Moura derrotado pelo aparelho", faz uma leitura errada e falaciosa das razões que levaram à escolha de Mesquita Machado para cabeça-de-lista do PS no círculo eleitoral de Braga».

No comunicado, os socialistas bracarenses referem que «a escolha de Mesquita Machado, sugerida pela Federação de Braga do PS à direcção nacional, é resultado de

MULHERES SOCIALISTAS JANTAM COM CAMARADA GUTERRES

HOTEL PENTA (LISBOA)

13 de SETEMBRO
20 HORAS

1500 escudos

Inscrições: Sede nacional do PS/Largo do Rato
Tel. 3822000 ext. 230

Organização: Departamento Nacional das Mulheres Socialistas

uma reflexão havidá no interior do PS no distrito, onde se equacionava a hipóteses de o cabeça-de-lista tanto poder ser Pina Moura ou Mesquita Machado».

«Em resultado dessa reflexão, na qual participou activamente o camarada Pina Moura, o presidente da Federação promoveu um encontro entre os dois potenciais cabeça-de-lista, por forma a ponderar a solução que melhor servisse os interesses do Partido», refere ainda o comunicado.

CASTELO BRANCO

Guterres de novo cabeça-de-lista

O primeiro-ministro, António Guterres, volta a encabeçar a lista de candidatos do PS pelo distrito de Castelo Branco às próximas eleições legislativas, foi decidido na reunião da distrital socialista realizada no dia 18.

À semelhança do elenco escolhido para as eleições legislativas de 1995, o ministro José Sócrates e Fernando Serrasqueiro, presidente da Federação Política Distrital de Castelo Branco do PS, ocupam os segundo e terceiro lugares da lista.

No quarto posto aparece a actual deputada Maria do Carmo Sequeira, lugar que em 1995 era ocupado pelo governador civil de Castelo Branco, José Sampaio Lopes, que surge agora em quinto lugar.

A alteração fica a dever-se ao cumprimento da regra das quotas aprovada na Comissão Política Nacional dos socialistas e que determina que, em qualquer lista, não pode haver mais do que três candidatos do sexo masculino seguidos.

O deputado José Carlos Lavrador, Maria Manuel Viana, Carlos Martins, José Carlos Marcelo e João Campino foram os candidatos suplentes escolhidos.

SETÚBAL

Coelho escreve a militantes

O camarada Jorge Coelho escreveu aos militantes do PS/Setúbal mobilizando-os para a campanha eleitoral.

Na missiva, o camarada Jorge Coelho lembra o muito que foi feito no País e em particular no distrito de Setúbal, onde, lembrou, «acabaram as bandeiras negras da fome, do desemprego e da insegurança», embora, conforme acentuou, «haja ainda muito para fazer».

«Muitos problemas já foram resolvidos (Lisnave, Torralta, etc.), o que contribuiu para a criação de 15 mil postos de trabalho e a diminuição de 27 por cento no desemprego», refere, acrescentando que «a paz social que se vive, o desenvolvimento e o progresso que se sentem, bem como o lançamento de um vasto conjunto de infra-estruturas e acessibilidades, permitem à região dar um grande salto».

JANTAR NA FIL
Início de campanha

Hoje, dia 9 de Setembro, às 20 horas

Presença do camarada secretário-geral,
António Guterres

«O PS orgulha-se da obra realizada pelo Governo liderado pelo camarada António Guterres. Portugal está em boas mãos. Muito se fez. Mas temos consciência que muito há ainda a fazer, com prioridade acrescida à saúde, segurança social e emprego. Queremos um Portugal moderno, mais desenvolvido, mais solidário e mais justo, em que todos, sem excepção, possamos viver melhor. É nisso que acreditamos e por isso lutamos. São estas as causas que exigem a nossa mobilização»

Jorge Coelho

SOCIALISMO

Fernando Pereira Marques



POR UM NOVO IMPULSO PROGRAMÁTICO

Com o descalabro do mundo comunista, as teses neoliberais surgiram como que confirmadas pelos factos e, por arrastamento à social-democracia, ao Estado-Providência, ao modelo social europeu, também já só restaria o caixote de lixo da História. Para vários Fukuyamas e outros prosélitos teorizadores, o verdadeiro Sol do Universo passara a brilhar em Washington e na Wall Street.

Porém, rapidamente se começaram a evidenciar alguns efeitos perversos desta situação de unipolaridade imperial e de hegemonia fundamentalista liberal. Com efeito, as sociedades a Leste, virtualmente democratizadas, fraccionam-se social, étnica, religiosa e culturalmente, transformando regiões inteiras em bairros de pólvora que nos Balcãs já deram origem às explosões que são conhecidas. Na Ásia, o «modelo» japonês entrou em acelerada derrapagem, a exemplo dos diversos «tigres» e «dragões», cujo crescimento asenta, essencialmente, na especulação e na exploração de mão-de-obra barata e sem direitos, sob regimes de carácter oligárquico e autocrático. A África é um continente à deriva, com países sufocados pela dívida e, em alguns casos, em franca decomposição política e social. Na América Latina, mudanças importantes no plano das liberdades não se consolidam nem correspondem a progressos significativos quanto à justiça social.

Nestes últimos anos do século, no dizer do presidente do Banco Mundial (James Wolfensohn in «Le Monde» de 30/4/99), os países em desenvolvimento não vão bem, a miséria aumenta por todo o lado e «1,7

mil milhões de pessoas vivem num estado de pobreza extrema (com menos de um dólar diário)». Novos factores vulnerabilizam a economia mundial, como o imenso dinheiro da especulação financeira e que não é sustentado por riqueza produzida, ou ainda a crescente concentração monopolista nuns quantos grupos norte-americanos e europeus ocidentais, fenómeno que nega a própria lógica liberal. Sem esquecer aquela zona de sombra, cada vez mais forte e enraizada no sistema, constituída pelos tráficos diversos – de armas e de droga. É isto a globalização de que hoje se fala como fatalidade, além do que advém das novas realidades de carácter tecnológico e comunicacional.

A Europa partilha os benefícios da sua quota-parte no domínio económico-financeiro mundial, mas não consegue superar a sua dependência perante o poderio plurifacetado dos EUA, ao mesmo tempo que, no seu seio, se mantêm, ou até se agrava, a exclusão de vastos estratos populacionais, a que se juntam os que, conseguindo passar as fronteiras, fogem das regiões mais desprovidas, assoladas pela fome ou pela guerra.

Perante estas realidades, evidencia-se, com particular nitidez, a necessidade de disciplinar o poder incomensurável das forças, muitas vezes sem rosto, da finança e da economia. Disso depende, afinal o aprofundamento ou até a salvaguarda das conquistas de carácter social e político que compõem a herança civilizacional da Europa moderna. Disso depende, afinal, o próprio projecto de construção europeia e a definição de uma nova ordem mundial. As sociedades e os sistemas económicos

não podem funcionar segundo os princípios darwinistas da selecção natural e da sobrevivência do mais forte. O mercado não é Deus «ex machina» da ordem universal. As leis do capitalismo não são leis naturais.

Os partidos socialistas ou sociais-democratas que integram ou lideram os governos da maioria dos Estados da União Europeia, sob a retórica de «terceiras vias» ou de «novos centros», têm evidenciado muitas tergiversações quando se trata de contrariar os interesses instalados e de desenvolver ou preservar os instrumentos do Estado-Providência construídos graças à luta de gerações. O fracasso de Oskar Lafontaine, como ministro no Executivo social-democrata da Alemanha, ilustra bem este facto.

Mas os resultados obtidos pelos SPD de Schroder, pelo New Labour de Tony Blair e por outros partidos da família socialista, nas recentes eleições europeias, parecem demonstrar que o tacticismo centrista pode, transitoriamente, suscitar o apoio de estratos eleitoralmente flutuantes, mas corrói as bases sociais de apoio que estruturam esses partidos. O poder é a consequência de uma relação de forças. Estratégias de curto prazo e ausência de firmeza e clareza nos objectivos tornam os governos fracos perante os poderes factícios, os «lobbies», as clientelas e os interesses instalados.

Qualquer que seja a base parlamentar desses governos. Um projecto reformista e democrático, cioso dos direitos e das liberdades, afirma-se pelo inconformismo perante o «status quo» social, pelas dinâmicas de mudança

que a sua acção suscita e pela subordinação da economia ao interesse da comunidade, impondo os freios de uma ética da cidadania e de normas determinadas pelo bem comum. O capital não tem pátria, convive conflituamente com a liberdade, mede a equidade em função das flutuações dos índices da Bolsa e muito menos tem estados de alma.

Estas reflexões ocorrem-me quando está em curso um conflito que opõe o Governo à Comissão Europeia e ao império Champsalme – um dos que se formou sob Salazar e que continua a prosperar. Quaisquer que sejam os seus desenvolvimentos futuros, trata-se de um significativo acontecimento que tem pelo menos a virtude de nos alertar para o que condiciona o futuro da nossa economia e para aquilo em que corre o risco de se tornar a Europa que se está a construir. Uma Europa que pode vir a ser o resultado, não da vontade dos povos expressa através de poderes democraticamente legitimados e de práticas de participação cidadã, mas sim dos «diktas» e dos negócios estabelecidos entre os conselhos de administração da finança e da indústria, em detrimento de valores, de regras, de direitos adquiridos e do interesse nacional.

Esperamos que os resultados das eleições europeias, através das diversas mensagens que nelas se podem ler, e outros sintomas de crise que se acentuam no nosso continente, possam contribuir para um novo impulso político, ideológico e programático do socialismo e da social-democracia. Inclusive entre nós.

In «Expresso»

SAÚDE

João Nóbrega



A QUESTÃO DO ACESSO AO SNS

Quando nos sentimos doentes temos, habitualmente, a necessidade de procurar ajuda. Sentimos, então, de um modo especial, o significado da palavra solidariedade. Em Portugal, com o SNS, entendemos melhor o que significa um direito. Sendo um direito, cabe aos que nos governam, a sua garantia. Mas se é um direito e há nuvens que o ameaçam, só nos resta defendê-lo. Quem o ameaça? Todos os que não pretendem que o SNS funcione e de modo eficaz ainda menos. Todos os que consomem o bem indevida e conscientemente. Todos os que o usam para o seu interesse distinto da sua saúde mas para proveito próprio.

Todos os profissionais que argumentando com a realidade dos baixos salários, merecem, na realidade, ganhar significativamente menos do que o dito baixo salário que auferem.

Todos os que não se preocupam com a humanização dos serviços.

Todos os que não entendem o significado das expressões: igualdade de oportunidades e justiça social.

A entrada no SNS mede-se pela sua acessibilidade. Um serviço só é útil se for acessível. Não se pode ter um direito que se mendiga em listas de espera. Mas também não se pode conceder um direito apenas contra o pagamento superior às posses do cidadão.

A acessibilidade passa também pela co-

municação dentro do próprio sistema. Não podemos ter os diferentes níveis de cuidados de costas ou conflituando entre si. Há que ter garantida a continuidade de cuidados. Há que não esquecer a discriminação positiva, daqueles que pela idade ou razões socioeconómicas ou de saúde não podem deslocar-se ou não têm como se deslocar ou nem podem comprar a medicação.

Sabemos bem que se os cuidados primários não funcionarem, a maioria dos cidadãos fica com menos acesso ao SNS. Sabemos bem como é mais caro o funcionamento do sistema à custa das unidades hospitalares.

Mas bem mais barato e fácil que tudo isto que tal um sorriso em vez de regras buro-

cráticas?

Que tal um afago em vez de distância que nem sabemos a quem serve?

Que tal saber distinguir autoridade de autoritarismo?

Tantas dúvidas, tão poucas certezas.

Já te debruçaste na proposta de reforma que se designa SNS 21?

Sabes que esta proposta pretende transformar a gestão deste sistema?

Sabes que se vai poder ter serviços transparentes, onde vai haver delegação de competências e onde a tua opinião vai ser importante?

Sabes que os trabalhadores da saúde vão poder expressar a sua satisfação?

Sabes que como cidadão vais ser de facto o centro do sistema?

EVOCAÇÃO

José Medeiros Ferreira

E. MELO ANTUNES:
IN MEMORIAM

Ao presenciar o funeral de Ernesto Melo Antunes lembrei-me várias vezes da obra dedicada a Antero de Quental pelos seus amigos e intitulada *In Memoriam*.

Li-a no Liceu de Ponta Delgada, já sabia da existência de um jovem oficial de artilharia cuja reputação de anti-situacionista causava grandes perplexidades em todos os meios de São Miguel, essa «ilha grande fechada» do escritor Daniel de Sã. Na altura, a literatura, o cinema e a música serviam também de sinais de preferências e afinidades político-culturais da reduzida minoria que não se conformava com a ditadura salazarista.

Antero de Quental é lido por jovens atraídos pela sua confissão, na *Carta Autobiográfica* enviada a Wilhelm Storck, de que fora sua intenção afastar-se decididamente da «estrada da velha tradição». Desse caleidoscópio de recordações emerge a imagem do «intelectual fardado». Pode parecer redutor este trajecto pela memória dos primeiros contactos com Melo Antunes na ilha de São Miguel. Mas creio que, para a sua própria personalidade, os anos vividos nos Açores foram marcantes. Não só vivencialmente, por aí ter casado e ter tido filhos, como ainda politicamente, por ter podido reflectir longamente sobre o futuro do País que era o seu. E conceber um projecto alternativo para Portugal era então a melhor prova de patriotismo.

Encontrei-o mais assiduamente após a sua primeira comissão de serviço em Angola e após a grande crise estudantil de 1962 que marcara profundamente a minha ge-

ração. Possuídos de experiências diferentes, eram diferentes muitas vezes os nossos pontos de vista sobre «o que fazer», mas as discussões decorriam num clima de fraternidade e de vontade de acertar nas melhores soluções para o futuro que se queria em liberdade. Por volta de 1963 já sabíamos que a questão colonial não teria solução militar, que Portugal também não e que entre as diferentes famílias da esquerda e do socialismo haveria um duro debate. Também podíamos divergir sobre qual o melhor Stendhal, se *O Vermelho* e *O Negro*, se a *Cartuxa de Parma*. Às vezes o Paulo Jorge Correia de Melo obrigava-nos a discutir os méritos de algum pianista que executava concertos no Teatro Micaelense, como aquele então pouco conhecido Nikita Magaloff... E no Verão de 1964, ou de 65..., resolvemos intervir numas Semanas de Estudo organizadas com mil cuidados pelo Instituto Açoriano de Cultura: o debate causou o maior furor entre as autoridades e os organizadores foram reprimidos pelas amplas liberdades que estariam a dar a tal grupo de agitadores... Na altura pouco se falava de autonomia.

Melo Antunes, entretanto, dedicara-se a ajudar a erguer um estabelecimento de ensino, conjuntamente com António Borges Coutinho, ao qual deram o nome de Externato do Infante. E lembro-me como nos divertíamos com os debates que lá se promoviam, como aquele com Vergílio Ferreira, em repouso de Alexandre Pinheiro Torres, a dissertar sobre as diferenças entre problemas urgentes e problemas importantes.

Quando fui expulso de todas as universi-

dades portuguesas, Melo Antunes fora destacado para mais uma comissão em África. Sabia o que ele pensava da guerra colonial e que tornou público na marcante entrevista que concedeu a Fátima Campos Ferreira, agora, pelo 25.º aniversário do 25 de Abril: combatia do lado errado.

Só depois do derrube da ditadura nos voltámos a encontrar. Escrevi-lhe uma carta, ainda de Genebra, a dizer-lhe que a sua presença no MFA enchia de alegria e orgulho os que o conheciam através da luta antifascista, como então era referida. Nessa mesma carta permitia-me tecer algumas considerações sobre o processo de descolonização que se avizinhava e no qual previa que o major Melo Antunes acabaria por se empenhar. Como de facto aconteceu. Agora que tantos epígonos da ditadura revelam mil e uma tentativas de descolonização inteiramente opacas na altura e sem nenhuma sequência histórica, convém recordar que antes de 25 de Abril ninguém se oferecia para o que era necessário fazer: encetar as negociações com os movimentos nacionalistas das colónias.

Dessa responsabilidade prática todos os grandes nomes da ditadura fugiram. Por consequência, teve a revolução que enfrentar a questão colonial e Melo Antunes chamou a si os casos mais difíceis. E na referida entrevista televisiva recusou-se a responsabilizar outros pelos aspectos negativos da descolonização, o que tenho por admirável - sobretudo numa altura em que até parece que o 25 de Abril veio interromper vários processos de descolonização em curso...

O «ideólogo do MFA» possuía porém uma faceta até aqui pouco referida: se ele era dialogante e flexível no plano teórico, já no plano da acção prática se revelou várias vezes intransigente e até sectário. Resultou daí, em parte, o nosso desentendimento quando coexistimos no Palácio das Necessidades durante o VI Governo Provisório presidido pelo saudoso almirante Pinheiro de Azevedo.

Foi para mim uma dura prova, pois continuava a considerar-me um seu amigo de longa data e não um adventício atraído pelo novo poder. O choque que daí resultou foi conhecido como um confronto entre uma linha mais pró-europeia e ocidental, que eu promovia, e uma linha dita «terceiro-mundista» que teria os favores do então ministro dos Negócios Estrangeiros Melo Antunes.

Tal não nos impediu, anos depois, de manter uma relação amigável e mesmo politicamente sincronizada. Quer Ramalho Eanes quer Jorge Sampaio procuraram a colaboração dos dois sem que as querelas entre nós reaparecessem. Ironia das ironias, o meu regresso ao PS depois da nova vitória cavaquista em 1991 é noticiado, em primeira mão, ao mesmo tempo que a filiação de Melo Antunes. A vida por vezes tece laços misteriosos entre as pessoas.

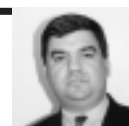
No seu funeral, tanto me cruzei com os seus apoiantes como com os seus adversários do bloco revolucionário. Todos sabiam que tinha falecido alguém que nos faz falta. Até porque o regime democrático não está tão saudável que dispense defensores.

In «Diário de Notícias»

ANIVERSÁRIO

Jorge Santos

PARABÉNS JOÃO SOARES



Enganam-se os que pensam que a política (e a vida democrática) dispensa os laços de amizade e de solidariedade entre pessoas, laços esses desprovidos de interesse ou de mero cálculo.

Pelo contrário, a verdadeira política - a que se vive em nome de ideias e de projectos - não deveria nunca excluir a dimensão humana dos seus protagonistas.

Como será possível defender-se grandes ideias se a nossa vida quotidiana os nega depois da prática?

A comunhão de ideais gera companheirismo e amizade, o que não significa unanimismo nem, muito menos,

qualquer tipo de subserviência. Quando se evoca amizade e sentido do que é «ser solidário» no concreto, não posso deixar de me lembrar do meu camarada e amigo João Soares, que completou os seus 50 anos de vida e muitos em prol dos ideais da democracia e do socialismo democrático, numa luta tão tenaz como tolerante, fiel ao espírito dos combates cívicos pela liberdade e pela dignidade da pessoa humana.

Refiro aqui João Soares como amigo, e isso me tornará talvez «suspeito». Mas não será necessária a expressão da minha amizade para lhe reconhecer qualidades quem, de qualquer modo, já a opinião publica reco-

nhece (e os socialistas em particular) lhe reconhecem sem dificuldade: coragem, frontalidade, coerência. E estas virtudes não são, infelizmente, tão vulgares nem tão fáceis de encontrar hoje em dia. São, disso não restam dúvidas, as «Virtudes Republicanas» das quais carece a nossa democracia, num tempo em que muitos procuram o descrédito da política e o esvaziamento da vida democrática.

Todavia será dispensável a evocação de uma carreira política que o país conhece bem: como militante e dirigente do PS, Deputado e Autarca. Mas talvez valha a pena frisar aquilo que, em João Soares, aparece como parte integrante de uma per-

sonalidade: a capacidade de fazer amigos, e a arte de demonstrar a amizade, o carácter de se mostrar nos momentos mais difíceis do que nas alturas de contentamento. Qualquer dos seus amigos dirá o porquê: o privilégio de ser amigo de João Soares implica o gesto desinteressado e uma maneira muito própria de o tornar mais humana a existência desse gesto.

Não será a solidariedade, afinal de contas, a substância do socialismo democrático, nas horas da festa e nos terríveis tempos de derrota e de desalento?

Deixo estas palavras de um amigo e faço aproveitando o seu aniversário. Muitos parabéns!

POLÉMICA

António Brotas*

CARTA ABERTA AO DR. JOSÉ REIS PRESIDENTE DA COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO



Caro Doutor José Reis, Tive pena de que um imperativo maior o tivesse impedido de participar no encontro realizado no Técnico sobre a localização do novo aeroporto de Lisboa, em 19 de Abril. Neste encontro, o terceiro, tal como nos dois anteriores organizados em conjunto com a Sociedade de Geografia de Lisboa, fez-se um esforço máximo para convidar e dar a palavra a todas as pessoas e entidades com opinião sobre o assunto. Foi o saber que o Dr. José Reis tinha uma opinião diferente da minha que me fez ter tanto empenho na sua presença. Felizmente, pudemos contar com a presença do Professor Jorge Gaspar que tem sobre este (e outros) assuntos opiniões quase diametralmente opostas às minhas. Desde o início, tenho a opinião de que um novo aeroporto no Rio Frio, ou numa região próxima, é incomparavelmente mais importante para o desenvolvimento do Sul do país, e por extensão de todo Portugal, do que a localização na Ota e para o desenvolvimento da Região Centro em que, a meu ver, teria uma influência muito diminuta.

Pode ser que esteja errado, mas o que sempre defendi, desde o primeiro encontro realizado na Sociedade de Geografia, foi que as duas hipóteses fossem exastiva e paralelamente estudadas, procurando-se, inclusive com simulações feitas em computador, ver

como seria o país, num caso e noutro, daqui a 20, 30 ou 50 anos. Sempre entendi que, para decidir no presente, nos devíamos esforçar por prever o futuro. Nada disto foi feito.

A imprensa, e aparentemente também as entidades com poder para decidir, interessaram-se mais (e quase exclusivamente) por aspectos locais e sobretudo ambientais, e não pelo aspecto, para mim fundamental, do impacto sobre o desenvolvimento de todo o país. Muito se tem falado, assim, de umas coisas e quase nada de outras. Eu próprio publiquei recentemente uma carta sobre uma questão particular, a do choque com aves, mas fi-lo porque esta questão isolada e, ainda por cima insuficientemente e erradamente estudada, apareceu como a questão fundamental que estava a ser tida em conta na tomada de decisão.

Penso que é necessário abordar o problema do aeroporto (e outros) num âmbito muito mais vasto e global. É preciso olhá-lo no âmbito de um planeamento estratégico, global e integrado, do Ordenamento do Território de todo o país e das suas relações com o exterior.

Nos anos mais próximos, vão ser tomadas decisões no âmbito dos transportes, de imensa importância para a Região Centro: prioridade ou não a atribuir ao TGV de ligação de Lisboa ao Porto, eventual novo traçado da linha do Norte, escolha do ou dos canais prioritários de ligação ferroviária ao exterior,

traçado das autoestradas e novas travessias do Tejo.

São questões que se relacionam com a localização do novo aeroporto de Lisboa e cujo impacto não está suficientemente avaliado. Alguma destas decisões têm, também, uma importância imensa para outras regiões.

Por exemplo, para o Alentejo, em que vemos, finalmente, aparecer perspectivas de desenvolvimento que não devemos desperdiçar, está previsto e parece certo, o acordo que fará de Sines um terminal onde chegarão os grandes cargueiros vindos de Singapura com mercadorias da Ásia. De Sines partirão cargueiros mais pequenos para as distribuir pelo Norte da Europa, pelo Mediterrâneo e pela costa Leste dos Estados Unidos.

Mas, duas coisas podem suceder: ou Sines fica uma simples placa giratória sem grande influência sobre as regiões vizinhas, com algumas limitadas mas não excessivas vantagens ao país. Ou sabemos aproveitar a fabulosa vantagem de o Alentejo passar a ser a região mais indicada *em todo o mundo* para quem quiser montar indústrias com o objectivo de exportar para a Ásia (aproveitando o retorno dos cargueiros de Singapura) e para o Norte da Europa, para o Mediterrâneo e para a costa Leste dos Estados Unidos (aproveitando as ligações que se estabelecerão).

Um elemento essencial para este desenvolvimento não ser fortemente travado é haver um

aeroporto perto. Esta questão deve ser ponderada comparativamente com a importância que um aeroporto na Ota poderá ter para o desenvolvimento da Região Centro.

Acho essencial que este tipo de questões seja abordado de um modo aberto e aprofundado. As Universidades, eventualmente, em colaboração com outras entidades, são os espaços indicados para o fazer. O Técnico já organizou três encontros. Nesta carta, que dirijo como carta aberta a si e também aos professores Vital Moreira e Boaventura dos Santos, sugiro-vos que em Coimbra, do modo que melhor entenderem, eventualmente no âmbito de uma colaboração entre a Comissão de Coordenação Regional e a Faculdade de Economia, façam algo de semelhante.

Procurarei, também, que a Universidade de Évora, eventualmente em colaboração com a Comissão de Coordenação do Alentejo, promova um encontro semelhante e, ainda, que a Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL promova um encontro, mas este mais especializado, para apresentar e discutir os estudos ambientais que fez, ou venham a ser feitos. Acho que o momento é oportuno. Vamos ter eleições e, haverá, certamente, candidatos e futuros deputados interessados por estes assuntos.

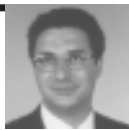
Com as minhas melhores saudações, subscrevo-me.

*Professor do IST

ECONOMIA

Casimiro Ramos*

AEROPORTO VAI SER O PRINCIPAL FACTOR DE «ALAVANCAGEM» DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE



Está na ordem do dia abordar as diversas matérias de carácter económico na perspectiva da globalização.

O conceito de «economia global» por ser tão abrangente afecta e é afectado pelas mais simples medidas que um Governo possa implementar.

Todos os sistemas económicos se desenvolvem em redor da procura incessante de novos e mais eficazes factores de alavancagem dos recursos, como base para o desenvolvimento de vantagens competitivas.

Neste conjunto de factores são referidos, normalmente, as fontes de energia, os minérios, as infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias, o tecido empresarial, os portos e os aeroportos.

Se nos centrarmos na instalação de um aeroporto, poderemos encontrar um factor pontual que indirectamente se enquadra no sistema económico global.

Não é por acaso que muitos países vêm «no ar» a possibilidade de possuírem mais um aeroporto com dimensão suficiente para «alavancar» os sectores de actividade adstritos e a região onde se insira.

De facto, este tipo de infra-estruturas traz consigo um efeito de «bola de neve», em sectores de actividade directos, indirectos e induzidos, que vão desde as Companhias aéreas, à manutenção, ao comércio, hotelaria, transitários, parques de negócios, turismo, etc., permitindo a criação de cerca de 10 000 postos de trabalhos directos, 15 000 indirectos e 50 000 induzidos.

É este conjunto de factores que torna apetecível para a região onde possa vir a ser instalado, a realização de um investimento desta natureza. Também por essas razões, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região Oeste (PEDRO) documento elaborado pela Associação de Municípios do Oeste, para além de apresentar um diagnóstico da Região Oeste, indica uma estratégia de desenvolvimento para a região baseada em determinados objectivos através da utilização de diversos factores indutores de competitividade.

O sucesso desses objectivos está dependente de factores de alavancagem, nomeadamente da instalação de um aeroporto na Região.

Sucedendo portanto que o fruto apetecido, a construção de um aeroporto na região Oeste, pode ser uma realidade. A sua importância, se é que

há dúvidas, é também justificada pelo interesse manifestado por outras regiões, concretamente Rio Frio ou ainda Lisboa e Porto.

A decisão de construção do aeroporto na OTA vem de encontro à convicção daqueles que consideram este grande investimento como a oportunidade que permitirá colocar o Oeste no nível de desenvolvimento do resto do País, mas também de todos os autarcas e organizações da região que durante o processo intercederam junto do Governo para fazer valer as essas razões. No entanto, não são discipulinas as preocupações manifestadas por algumas das populações mais próximas do local de instalação.

Mas sendo a OTA o local escolhido, caberá a todos nós e em particular aos políticos, zelar e exigir que os impactos negativos sejam minorados e compensados os eventuais danos.

De facto, apesar da BRISA já estar a trabalhar no estudo do alargamento do Auto-estrada do Norte para quatro faixas e da urgência na construção do A10 (Bucelas-Carregado), esta deve ser também uma oportunidade para conseguir do Governo a melhoria da generalidade das rodovias do Oeste bem como da construção de diversos equipamentos sociais (Hospitais, esco-

las profissionais, forças de segurança, preservação do ambiente, etc.), que sendo já são exigíveis mais necessários se tornarão com a projecção económico-social que o aeroporto pode proporcionar.

Estaremos neste momento na fase de nos unirmos todos em volta de um único objectivo, o desenvolvimento integrado e harmonioso da Região Oeste.

Muitos, nomeadamente a Distrital do PSD, pensaram que este Governo não tomaria esta decisão antes de eleições.

Refugiaram-se em argumentos demagógicos de que o Governo fazia estudos e mais estudos e que protelaria a decisão porque eventualmente a escolha seria Rio Frio.

Como noutras coisas, enganaram-se. O Governo vai decidir, o Oeste vai ter a oportunidade de projectar o seu sistema económico aos níveis médios do País.

Poderá assim o País cumprir um dos principais desígnios deste Governo, que consiste em tornar Portugal na principal «Plataforma Atlântica da Europa» e desta forma ser mais competitivo no Sistema Económico Global.

*Deputado do PS pela Região Oeste na Assembleia da República



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Flamenco em Abrantes

A Companhia de Dança Flamenca de Portugal apresenta-se, hoje, a partir das 21 e 30, na Praça Barão da Batalha, no âmbito do programa de Animação de Verão '99, implementado pela Câmara Municipal.

Escultura em Albufeira

A exposição de escultura de Manuel Barroco estará patente ao público, a partir de amanhã e até ao final do mês, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

A mostra «Da Sensualidade da Terra», poderá ser visitada diariamente (exceptuando feriados), entre as 16 e 30 e as 23 horas.

No sábado e no domingo realiza-se, na Praia dos Pescadores, mais uma edição das Festas do Pescador.

A iniciativa, que tem por objectivo recriar os jogos tradicionais que se realizam nas praias do Algarve, começará às 19 horas, com jogos, seguindo-se a actuação de vários ranchos folclóricos.

A encerrar a noite do dia 4 actuará o Grupo de Música Popular Ardlia.

No domingo, dia 5, pelas 22 e 30, poderá assistir a um espectáculo de Paco Bandeira. Paralelamente, haverá várias tasquinhas com pratos típicos.

«Setembro Cigano» em Braga

Decorre já a iniciativa «Setembro Cigano», em Braga e Vila Verde, com o objectivo de melhor integrar as comunidades ciganas e potenciar as suas diferenças culturais como forma de enriquecimento do acervo de conhecimentos dos povos de acolhimento.

Para além de um ciclo de conferências e de cinema, de uma mostra fotográfica, o evento inclui ainda muita animação de rua. Em termos musicais estão agendados dois espectáculos para o Campo da Vinha (Braga), amanhã e no sábado, com os Jovens Ciganos de Águeda e com os grupos Cheles, Gabriel, Jovens Ciganos de Portugal e João Bonitão.

Olivicultura em Campo Maior

A IV Feira Nacional de Olivicultura realiza-se a partir de amanhã e até ao dia 5, incluindo o Concurso Nacional do Melhor Azeite.

O certame integra ainda jornadas técnicas, a decorrerem no sábado, e que contam com a participação de técnicos portugueses e espanhóis.

O programa da feira prevê também animação cultural durante as três noites.

Desporto em Cascais

Decorre, até ao próximo dia 7, a quarta edição do torneio de Futebol Sénior – Taça de Cascais, envolvendo 11 clubes do concelho que dinamizam equipas de futebol não profissional participantes nas competições regionais da Associação de Futebol de Lisboa e

do Inatel.

Para os apaixonados da gelataria, a Câmara Municipal promove, até ao dia 3 de Outubro próximo, a exposição «Santini – uma Lenda de Cascais, no Espaço Memória Cascais-Estoril Lugar de Exílio (estação dos CTT Estoril).

A mostra poderá ser apreciada de terça-feira a domingo, das 10 às 19 horas.

Cinema em Coimbra

A mais conhecida *pretty woman* americana Julia Roberts está de regresso e em força às comédias românticas desta vez ao lado de outro *sir* do género, Hugh Grant.

Para apreciá-los numa actuação conjunta bastará passar, hoje, pelo Estúdio 1 do Cine-Teatro Avenida, e assistir ao seu mais recente trabalho, «Notting Hill».

Nos Cinemas Castelo Lopes do Centro Comercial Girassolum estreia, amanhã, «The Winslow Boy», um drama realizado por David Mamet, numa adaptação da peça de Terence Rattigan, baseada numa história verídica de um julgamento em 1910 que chocou o sistema jurídico britânico

Música em Fafe

O agrupamento Onda Curta apresenta-se, no sábado, dia 4, pelas 21 e 30, na Arcada, num espectáculo que se insere no programa de animação musical de Verão da edilidade fafense.

A partir de terça-feira e até ao dia 20 estará aberta ao público, na Galeria Municipal, a mostra do pintor José Santiago.

Animação em Famalicão

As bandas Chegadinhos ao Corpo, Mad e Pentágono e os cantores Luís Filipe Reis e Emanuel são alguns dos responsáveis pela animação da Feira de Artesanato de Famalicão, que conta este ano com a participação de 130 artesãos.

Do total de artesãos oriundos de vários pontos do país, 29 são do concelho de Famalicão, que está também representado na gastronomia.

De assinalar a «mudança estratégica» do local de realização do certame, que decorre no antigo Campo da Feira.

Aberta até ao domingo, dia 12, a feira conta ainda com a presença do artesanato de Caruaru, município do Estado de Pernambuco, no Brasil, que irá assinar um contrato de germinação com Vila Nova de Famalicão.

Telenovela em Guimarães

A nova telenovela portuguesa, intitulada «A Lenda da Garça», será apresentada no sábado, dia 4, numa festa que contará com a participação da banda Ritual Tejo.

Os cantores Inês Santos, Rita Guerra, Lara Li e Sara Moniz são outros dos artistas que vão participar neste espectáculo.

A telenovela, filmada ao longo de meio ano

em Guimarães, no Porto e em Macau, será exibida na RTP até ao dia 13.

Na festa de lançamento, que se realizará no Largo da Oliveira, serão exibidos alguns excertos de «A Lenda da Garça», estando prevista a presença de toda a equipa de actores, técnicos e produção da mais recente telenovela portuguesa.

Teatro em Lisboa

O mês começa com teatro na sala mais pequena (a de Ensaio) do Centro Cultural de Belém, às 21 e 30.

A Assédio, uma companhia teatral portuense com um ano de actividade, apresenta, até ao dia 6, a sua produção mais recente «Belo?». Trata-se de um texto de Gerardjan Rijnders que demonstra a impotência da linguagem, a impossibilidade da comunicação entre pessoas e a inevitável violência das relações no núcleo familiar.

Pinturas em Sintra

Amanhã, a Galeria Municipal de Fiteiros acolherá duas novas exposições de pintura, estando a inauguração marcada para as 21 horas.

Ambas as mostras (primeiro piso – exposição «Céu Aberto», de José Ralha - segundo andar – exposição da pintora espanhola Encarna Diaz) permanecerão patentes ao público até ao dia 26, no horário habitual, de quarta a domingo, entre as 16 e as 22 horas.

Desportos radicais em Vila do Conde

Desportos radicais, exposições, palestras, *workshops* e concertos são algumas das actividades da Semana da Juventude de Vila do Conde.

A II edição da Semana da Juventude decorre até ao domingo, dia 5, na antiga seca do balcão.

O programa deste evento prevê a realização de actividades com paramotores para o baptismo de voo de quem quiser, hovercraft, bungee jumping, parede escalada, espaço adrenalina, kart, hipismo, Tirmóvel - espaço multimédia -, teatro de rua, concertos por bandas nacionais e estrangeiras, escola de surf e bodyboard, além de uma exposição sobre Da Vinci e duas conferências.

MULTIMÉDIA
Guerra das Estrelas
 Road show
 George Lucas – produção

2 e 3 de Setembro
 10h – 20h
 4 de Setembro
 10h – 18h

Parque das Nações
 Pavilhão Atlântico - Sala Tejo

SUGESTÃO

HITCHCOCK NA CINEMATECA

A exibição da série para televisão «Alfred Hitchcock Presents» e de algumas realizações integra a programação de Setembro da Cinemateca Portuguesa para assinalar o centenário do nascimento do «mestre do suspense».

Depois do habitual encerramento durante o mês de Agosto, a Cinemateca reabre com um ciclo de homenagem a Hitchcock, nascido a 13 de Agosto de 1899 e em cujo meio século de carreira, extensa e notável, criou cerca de 60 longas-metragens.

A Cinemateca optou por apresentar uma série de 20 pequenos filmes que a RTP exibiu na década de 80 e que será mostrada pela primeira vez numa sala de cinema. Nestas películas, Hitchcock experimentou várias ideias para futuras realizações.

Na sua obra foi capaz de condensar todas as obsessões e fantasmas, sentimentos de culpa e reflexos da presença do mal no século XX através de um permanente exercício do cinema puro.

Além desta série, exibem-se alguns filmes que tiveram um papel significativo a sua carreira ou merecem reavaliação, nomeadamente «The Manxman», «Rich and Strange» e «Young and Innocent», dos que fez em Inglaterra, e «Mr. and Mrs Smith», entre os norte-americanos.

Serão também apresentados «Under Capricorn» (Sob o Signo de Capricórnio), que inaugura o ciclo, «Eistree Calling», «The Horse Soldiers» (Os Cavaleiros), «Sabotage», «The Man Who Knew Too Much» (O Homem que Sabia Demais), «Shadow of a Doubt» (Mentira) e «Stage Fright» (Pavor nos Bastidores).

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Poema do pacto de sangue

Nobres há muitos. É verdade. Verdade. Hornens muitos. É muito verdade. Verdade que com um lenço velho As nossas mãos foram enlaçadas.

Nós, como aliados eu digo. Panos, só um, tal qual afirmo. A lua ilumina o meu feito. O sol ilumina o aliado.

Água de Héler! Pelo vaso sagrado! Nunca esqueça isto o aliado. Juntos, combater, eu quero! Com o aliado, derrotar, eu quero!

A lua ilumina o meu feito. O sol ilumina o aliado. Poderemos, talvez, ser derrotados Ou combatidos, mas somente unidos.

Traduzido por Ruy Cinatti
 Portugal/Timor



REFLEXÕES À SAÍDA DO VERÃO!

Como é, aliás, habitual em período de férias, não foram muitas e, sobretudo, estimulantes, as notícias sobre a vida política nacional em Agosto.

Aproximam-se as eleições e é normal que o discurso político seja conformado (deformado) com a compreensível prioridade de as disputar.

Só que a vida não pára (mesmo que abrande) e por isso compete ao governo continuar a trabalhar.

No plano das finanças públicas a questão mais relevante teve a ver (pelo lado da oposição) com a proposta do líder do PSD de reduzir em 10% (média) a colecta do IRS, o que associado à proposta de aumento de certas pensões e outras despesas implicaria, necessariamente, a subida da tributação em sede de IVA e a "redução (cega?) das chamadas despesas correntes" em cerca de 3%.

Sobre a inanidade desta proposta muitos foram já os comentários formulados e as opiniões emitidas.

Valerá, contudo, a pena realçar que, na sua singleza a proposta de redução de 10% (em média) do IRS se traduziria tão-só, no agravamento da carga fiscal, pelo aumento de um ponto percentual do IVA relativamente à quase totalidade do consumo, sem quaisquer valorações do nível de rendimento do consumidor.

Propõe-se desagrarar um imposto progressivo que penaliza mais os que mais ganham e a contrapartida é um aumento de um imposto indirecto que é pago por todos (no acto do consumo) independentemente de se ser pobre ou rico.

Excelente noção de justiça social! Mas mais surpreendente é ainda a proposta de redução de 3% nas chamadas despesas correntes.

Trata-se aliás de um argumento recorrente do PSD que enquanto governo e ironicamente se identificou por um crescimento exponencial da despesa corrente.

Só que a chamada despesa corrente que o PSD quer diminuir integra os salários da função pública, diversas prestações sociais como o rendimento mínimo, o contributo do governo no cumprimento da Lei das Finanças Locais e Regionais, os juros da dívida pública, etc., etc.

Não podendo naturalmente mexer-se nestas rubricas, resta muito pouco, provavelmente tão pouco que os 3% apregoados já não teriam possibilidade de ser deduzidos.

Não tendo feito os trabalhos de casa e insistindo na demagogia fácil o líder do PSD já matou a expectativa (cada vez menor) que existia quanto a apresentação do seu Programa Eleitoral.

Ora, enquanto o Dr. Durão Barroso apresentava estas propostas o Governo fazia

o balanço anual da sua política financeira. Como era de esperar os resultados apresentados são extremamente positivos.

Ao contrário do que diz o PSD a despesa pública (sobretudo a corrente) está estabilizada em Portugal.

Tem sido possível rever sistematicamente em baixa o défice do SPA, cumprindo integralmente as obrigações estabelecidas no quadro da União Económica e Monetária. Para 1999 o défice previsto é agora de 1,8% ou seja 0,2% mais baixo do que o inicialmente proposto.

E isto sucede quando estão já esgotados os efeitos da diminuição das taxas de juro da dívida pública, o efeito relevante para a dívida pública da política de privatizações e, completamente, absorvido o efeito da redução das dívidas ao fisco e à segurança social.

Tudo aliás, num quadro de forte crescimento da despesa social como tem sido amplamente reconhecido.

Em suma a recuperação das contas públicas tem hoje a ver com uma sã e prudente gestão da despesa e uma criteriosa recolha da receita que é, em si mesmo, um factor de justiça e equidade fiscal.

Temos assim, em saída de férias, duas atitudes e dois comportamentos que, se outro mérito não tivessem, permitem pelo menos ajudar os portugueses a escolher com clareza em Outubro próximo.

«O povo timorense venceu a barreira do medo, correspondeu aos sucessivos apelos tanto de Xanana Gusmão como dos bispos, e deu uma grande lição de afirmação cívica»

Jaime Gama
ministro dos Negócios Estrangeiros

«Este é um dia de paz que denuncia um dia de democracia»

Jorge Sampaio
Presidente da República

«Nunca haveria, nem poderia haver, condições ideais»

Idem

«Há dias que valem uma vida»

António Guterres
primeiro-ministro

«A população de Timor-Leste deu hoje uma lição de determinação, coragem e democracia a todo o mundo»

Fernando Neves
embaixador responsável pelo dossier de Timor-Leste

«Foi um segundo 25 de Abril. É uma grande vitória daqueles que lutaram pela liberdade e um grande dia para todos os que defendem a liberdade e a democracia no mundo»

Jorge Coelho
ministro da Administração Interna



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Acção Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz